



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 1648/12 – PC N.º 290/12 – REPARMOLDE, REPARAÇÕES DE MOLDES PARA VIDRO, LDA.
2. REQ. N.º 1299/12 – PC N.º 559/05 – CARTONARTE – INDÚSTRIA DE CARTONAGEM, LDA.
3. REQ. N.º 1569/12 – PC N.º 276/12 – ALBERTO CARLOS MARINO PEGO
4. REQ. N.º 1747/12 – PC N.º 278/12 – MANUEL ALVES DUARTE
5. REQ. N.º 1890/12 – PC N.º 105/12 – AFR – MOLDES – FABRICAÇÃO DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.
6. REQ. N.º 1887/12 – PC N.º 430/11 – NÉLIO PEREIRA LOPES
7. REQ. N.º 1862/12 – PC N.º 174/11 – JOHN SNAPE

8. REQ. N.º 1876/12 – PC N.º 341/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
9. REQ. N.º 1863/12 – PC N.º 169/12 – ARMÉNIO PRAZERES BATISTA
10. REQ. N.º 1828/12 – PC N.º 205/12 – MANUEL DOMINGUES DAS NEVES
11. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, EM CONFORMIDADE COM ARTIGO 25.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.
12. DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS, ÁREA, REQUISITOS DE RECRUTAMENTO E RESPECTIVA REMUNERAÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO N.º 3 DO ARTIGO 4.º, DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.
13. RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE DERROCADAS DE MURO DE VEDAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EX-MARIPARQUE – RUA DA LAGOA - PRAIA DA VIEIRA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.
14. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.
15. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO PARA AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO COM AS ATIVIDADES QUE VISAM O CUMPRIMENTO DA MISSÃO DE AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL DO CORPO DE BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE - ADITAMENTO.
16. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - “QREN - CAUÇÕES”
17. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
18. RECEÇÕES DEFINITIVAS
19. EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS OUTEIRINHOS - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2007 DIRM. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
20. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Solicitou cópia do ofício que determinou a perda de fundos para a J. Ferreira Custódio ou a forma como esse facto foi comunicado á Câmara;
  - ⇒ Perguntou se já foi promovida a realização de alguma reunião entre as polícias;
  - ⇒ Uma vez que já foi declarada a insolvência da UDL, quais são os procedimentos a ser tomados pela Câmara;
  - ⇒ Pretende saber se o Sr. Presidente tem novidades sobre a ação da Santana, SA;
  - ⇒ Estão ou não programadas algumas iniciativas concertadas entre a Câmara e a Associação de Comerciantes para a dinamização do chamado comércio local, porque se não houver gostaria de fazer algumas sugestões;
  - ⇒ A Câmara prevê apoiar o livro que o Fernando Silva vai lançar brevemente?
  
- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Estrada do Guilherme – relativamente ao traço contínuo, já foi informado pelo Vereador das diligências em curso;
  - ⇒ A Escola Calazans Duarte vai receber Pilar del Rio dia 4 de dezembro, e o Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, dia 10 de dezembro. A Câmara está a colaborar com a escola, pelo que fica aqui a informação, que é importante para o concelho;
  - ⇒ Considera uma situação anormal aquela que está a ocorrer nesta reunião, com uma agenda muito pequena e uma adenda a essa agenda com muitos pontos. Não pretende criar obstáculos mas esta situação põe em causa o funcionamento regular da Câmara;
  - ⇒ Constata que estamos a chegar a dezembro e ainda não ouviu absolutamente nada sobre o Orçamento, pelo que lhe parece que desta vez é que a oposição não vai ser envolvida em qualquer tipo de colaboração ou reflexão, daí que pergunte ao Presidente qual o ponto da situação.
  
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Agarrando nas duas últimas questões colocadas pelo Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho, não lhe parece que seja justo para os Vereadores da oposição a colocação de pontos extra-agenda, pois não lhes dá qualquer hipótese para estudar os assuntos, parecendo-lhe até um desrespeito para com os mesmos, pois ficam quase impedidos de o fazer;

- ⇒ Orçamento – quando é que a Câmara pretende apresentá-lo e como é que estamos em termos de prazos para com a Assembleia Municipal;
- ⇒ Santana, SA – como estão a decorrer as negociações?
- ⇒ Semáforos – mais uma vez continuam sem serem reparados, o que causa graves problemas, especialmente junto à esquadra da PSP, pelo que alerta e pede novamente que a Câmara veja esta situação.

▪ O **Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ UDL – encontrou o Dr. Victor Faria e falou-lhe igualmente no pedido que apresentou na reunião de Câmara de 16/08/2012, em que solicitava a apresentação de um breve resumo com o ponto da situação no que diz respeito ao protocolo celebrado com a União de Leiria. Como verificou que o Sr. Presidente não trouxe resposta, apresentou novo requerimento, que leu, e cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e se anexa à presente ata (**Anexo 7**);
- ⇒ Resinagem – como ainda não obteve resposta ao pedido apresentado em outubro passado, relativo ao ponto da situação das negociações com a empresa Santana, SA., apresentou novo requerimento, que leu, e cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e se anexa à presente ata (**Anexo 8**).

▪ O **Sr. Presidente** apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Entregou resposta escrita às questões colocadas pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira relativamente às aquisições efetuadas pela TUMG, EM;
- ⇒ Turismo Leiria-Fátima – na sequência da decisão da sua extinção e separação territorial, em que Fátima fica em Leiria e o restante vai para Coimbra, a Assembleia-Geral da ER Turismo Leiria-Fátima reuniu, tendo assumido por unanimidade não apresentar orçamento e fazer uma informação à Comunicação Social, que o Sr. Presidente leu, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e se anexa à presente ata (**Anexo 1**).

A este propósito, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que o Governo autista não ouviu nada nem ninguém e tomou uma decisão que vai ser tremendamente nefasta para a Região Leiria-Fátima, nomeadamente para o nosso concelho. A nova divisão das regiões de turismo não corresponde absolutamente nada à realidade do país, daí que propõe à Câmara que pense seriamente na criação de uma super-leve estrutura com os concelhos da região, que permitisse fazer alguma promoção, porque aquilo que vai resultar da ligação a Coimbra será “uma mão cheia de nada”.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que isto já ultrapassa o chamado autismo do Governo, uma vez que é muito mais grave. Por uma visão absolutamente incompetente está-se a impedir e a bloquear o desenvolvimento integrado de toda esta nossa região. Este é um processo que até pode pôr em conflito algumas Câmaras, contudo têm sido estas a tentar “aguentar o barco”. Se se conseguir manter esta coesão dos 6 municípios que integram a Região de Turismo Leiria-Fátima é altura de tomarem as rédeas do poder e aprofundarem esta reflexão no sentido de tomarem medidas. É verdade que isso implica despesas e não é a altura ideal, mas está completamente disponível para contribuir para dar o impulso para uma nova fase, pois não podemos ficar dependentes de Lisboa ou até de Fátima, temos que explorar as nossas potencialidades.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** entende que nós temos que criar uma alternativa, pois andámos 50 anos a trabalhar para vender aquilo que temos, e agora aparecem a vender algo completamente diferente. A alternativa apresentada pelo Dr. Alberto Cascalho, que também defende, tem que englobar também as entidades privadas, e talvez até com partilha de custos.

O **Sr. Presidente** referiu que foram efetivamente os Presidentes de Câmara que puseram as contas em dia, e talvez se tivesse havido mais fiscalização não se teria chegado a bater no fundo. Há também o problema dos funcionários, que são cerca de 20 (são as Câmaras quem assume os encargos?), e do património (postos de turismo).

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** entende que é necessário avançar para um modelo diferente, de alternativa, apesar de esta ideia não recolher a unanimidade dos presentes. Contudo, está de acordo com a tomada de uma posição de apoio à Região de Turismo Leiria-Fátima.

**Terminadas as intervenções, foi decidido deixar registado em ata a solidariedade, por unanimidade, da Câmara Municipal da Marinha Grande, para com a posição tomada na Assembleia-Geral da ER de Turismo Leiria-Fátima.**

- O **Sr. Presidente** informou ainda o seguinte:

⇒ Santana, SA – referiu que só dispõe das informações que transmitiu na reunião passada, estando agora à espera da marcação de uma segunda reunião.

⇒ UDL – espera que rapidamente seja marcada uma reunião com o Dr. Victor Faria para a definição de estratégias, pois o pedido de revitalização foi julgado improcedente e decretada a insolvência.

⇒ Apoio aos clubes – vêm hoje à reunião porque só agora é que foi possível trazê-los, e, apesar da crise, os valores são iguais aos do ano passado.

Sobre este assunto, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que não defende os cortes nestes apoios às coletividades e às IPSS, pois toda a intervenção cultural, social e desportiva é extremamente importante para a resolução de problemas e até para a criação de uma dinâmica social.

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de sete processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Presidente** solicitou também a apreciação dos assuntos que constituem a adenda à ordem do dia, previamente distribuída, bem como de mais cinco assuntos, fora da ordem do dia, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que não se opõe à introdução de todos os assuntos identificados pelo Sr. Presidente, mas não pode deixar de pedir ao executivo permanente que se organize, pois este método desestrutura a organização e o bom funcionamento das reuniões de Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** pediu compreensão e explicou que se tratou de uma situação excecional, nomeadamente no que respeita aos apoios às entidades.

A Sr.ª Vereadora entregou ao Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho a resposta escrita ao pedido referente às instituições a instalar nas antigas instalações da IVIMA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um pequeno intervalo, que decorreu das 11:45 horas às 12:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

**1 - REQ. N.º 1648/12 – PC N.º 290/12 – REPARMOLDE, REPARAÇÕES DE MOLDES PARA VIDRO, LDA.**

747 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização e Ampliação de uma Unidade Industrial*” existente, localizada na Rua da Cerca, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1847/1979, em nome PIGOM – Brinquedos Técnicos, Lda., referente ao Licenciamento da Obras de “Construção de Instalações Industriais”, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 27/12/1979,

Processo Camarário n.º 185/1980, em nome PIGOM – Brinquedos Técnicos, Lda., referente a “Alterações ao projeto Inicial”, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 18/03/1980, à qual foi atribuído Alvará de Licença n.º 347/1980, de 27/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estar o Projecto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação, com determinados condicionalismos.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação, em igual período, de Memória Descritiva e Justificativa totalmente revista e retificada, de modo a enquadrar corretamente a indústria pretendida no atual regime legal aplicável ao seu licenciamento (SIR – Sistema da Indústria Responsável, publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01/07), referindo explicitamente qual a tipologia do estabelecimento em causa, tendo em conta o número de trabalhadores e a potência elétrica previstos.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Sendo a atividade industrial pretendida do “Tipo 3”, encontra-se a mesma sujeita ao procedimento de mera comunicação prévia com prazo, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do SIR, publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Julho, sendo a entidade coordenadora do respetivo licenciamento industrial a Câmara Municipal.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do RMEUMMG, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



**2 - REQ. N.º 1299/12 – PC N.º 559/05 – CARTONARTE – INDÚSTRIA DE  
CARTONAGEM, LDA.**

748 - Presente Processo de Licenciamento referente à “*Legalização de Ampliação de Unidade Industrial*” existente, localizada no Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Ampliação n.º 36/11, de 19/05.

Presentes Projetos de Alterações aos Projetos de Arquitetura e das Especialidades anteriormente aprovados, dispondo de pareceres técnico dos serviços, que atestam estarem aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 1569/12 – PC N.º 276/12 – ALBERTO CARLOS MARINO PEGO**

Processo retirado da ordem do dia para melhor análise técnica.

**4 - REQ. N.º 1747/12 – PC N.º 278/12 – MANUEL ALVES DUARTE**

749 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Alteração de um Estabelecimento de Bebidas com Fabricação de Pão e Bolos”, sito na Rua Principal, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 428/2001, em nome de Manuel Alves Duarte, referente ao “*Licenciamento de um Estabelecimento de Bebidas Destinado a Café*”, ao qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 221/2002 e Alvará de Licença de Construção n.º 37/2003, de 12/12, bem como as Licenças de Utilização n.º 224/2005, de 20/09, para Comércio e Licença de Utilização n.º 13/2005, de 20/09, para Café.

Presente Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

“(…)

*Favorável Condicionado*

1. *Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.*
2. *O estabelecimento deve estar dotado, de equipamentos que permitam assegurar, a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 4 do art. 4.º do DR n.º 20/2008);*
3. *O sistema de climatização, caso exista, deve ser regulado no sentido de estabilizar a temperatura média do ambiente a cerca de 22º C, admitindo-se uma variação negativa ou positiva de 3º C, devendo o equipamento manter-se em bom estado de higiene e conservação (n.º 6 do art. 4.º do DR n.º 20/2008);*
4. *A ventilação mecânica, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I, Anexo II do Reg. n.º 852/2004, de 29 de Abril);*
5. *Os lavatórios para a lavagem das mãos devem estar equipados com água corrente quente e fria, (n.º 4, Cap. I, Anexo II do Reg. N.º 852/2004, de 29 de Abril).*
6. *O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve ser provido de torneira com sistema de acionamento de água não manual (alínea b) do n.º 3 do art. 7.º do DR n.º 20/2008).*
7. *As janelas e outras aberturas que puderem abrir para o exterior, devem estar equipadas, sempre que necessário, com redes de proteção contra insetos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1 do Capítulo II do Anexo II, do Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de Abril);*
8. *Na zona de fabrico de pão e fins, pela sua conceção e disposição de equipamentos, devem:*
  - a) *Ser respeitados os circuitos de “marcha em frente” por forma a evitar eventuais contaminações cruzadas;*
  - b) *Permitir a manutenção e a limpeza e/ou desinfeção adequadas, evitar ou minimizar a contaminação por via atmosférica e facultar um espaço de trabalho adequado para prevenir a execução higiénica de todas as operações;*
  - c) *Permitir evitar a acumulação de sujidade, o contacto com materiais tóxicos, a queda de partículas nos géneros alimentícios e a formação de condensação e de bolores indesejáveis nas superfícies.*

*d) Possibilitar a aplicação de boas práticas de higiene e evitar nomeadamente a contaminação e, em especial, o controlo dos parasitas.  
(...)”*

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, em condições de merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Cumprimento dos condicionalismos expressos no Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..**
- 3. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 4. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07.**
- 2. A “afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.**
- 3. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 1890/12 – PC N.º 105/12 – AFR – MOLDES – FABRICAÇÃO DE  
MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.**

750 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de Legalização de “*Alteração de um Edifício Industrial*” existente, tendo em vista a sua constituição no regime de Propriedade Horizontal, com a finalidade de criar três espaços autónomos, dois destinados ao uso industrial do “*Tipo 2*” e outro destinado a serviços, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/08/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N.º 1887/12 – PC N.º 430/11 – NÉLIO PEREIRA LOPES**

751 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua do Campo, Lugar do Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 11/04/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, cujos alinhamento, dimensões e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos respetivos serviços técnicos.**
2. **O alinhamento do muro vedação confinante com a via pública, deverá ser previamente definido pelos respetivos serviços.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
4. **Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 1862/12 – PC N.º 174/11 – JOHN SNAPE**

752 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício Destinado a Equipamento de Apoio Social - Lar de Idosos*”, a levar a efeito num prédio rústico localizado no Lugar de Lameiro, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/01/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Cumprimento das disposições constantes dos pareceres emitidos pelo Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e pelo Gabinete de Apoio Técnico – Núcleo de Apoio às Instituições do Instituto da Segurança Social, I.P..**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário, seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução**

**dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N.º 1876/12 – PC N.º 341/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

753 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 metros de betuminoso, e 1,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Lamarão da Embra, n.º 11, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 metros de betuminoso, e 1,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Lamarão da Embra, n.º 11, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser devidamente repostos de forma a assegurar as condições iniciais e o solo devidamente compactado para evitar abatimentos, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, devendo, ainda, a execução dos trabalhos ser acompanhada pelos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais. Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N.º 1863/12 – PC N.º 169/12 – ARMÉNIO PRAZERES BATISTA**

754 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Ampliação e Legalização da Alteração parcial de uma Unidade Industrial*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Andorinhas, Lugar de Lameira de Picassinós, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 18/09/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 1828/12 – PC N.º 205/12 – MANUEL DOMINGUES DAS NEVES**

Processo retirado da ordem do dia para melhor análise.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura esteve presente na reunião a Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos, Dr.ª Lina Frazão, para fazer o enquadramento legal dos pontos 11 e 12 da ordem do dia.

Depois de terminada esta apresentação e o esclarecimento das dúvidas surgidas, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, pelas 13:15 horas, para almoço.

A reunião foi retomada pelas 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**11 - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, EM CONFORMIDADE COM ARTIGO 25.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.**

755 - O artigo 47.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, prevê que o Governo aprove no prazo de 30 dias a legislação referente ao pessoal dirigente da administração local, no sentido da redução do número de dirigentes em exercício efetivo de funções, incluindo cargos legalmente equiparados.

Tal desiderato fica concretizado com a publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local.

O seu artigo 25.º, dispõe que os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos no diploma, até 31 de dezembro de 2012.

Por deliberação de 6 de outubro de 2010, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de 2 de setembro, aprovou o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais, fixando o número máximo de dez unidades orgânicas flexíveis e uma equipa de projeto. Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a reorganização dos serviços entrou em vigor a 31 de dezembro de 2010.

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

Compete à Assembleia Municipal aprovar, nos termos da lei, a reorganização dos serviços municipais em conformidade com a alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual;

Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto, conforme dispõe os n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º do aludido diploma);

Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares (direções municipais e departamentos municipais) em conformidade com a alínea b) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;

Atendendo aos dados definitivos dos Censos 2011, publicados na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística, no dia 20 de novembro de 2012, a população residente no concelho da Marinha Grande é de 38 681 habitantes, e a população em movimento pendular é de 4 834 (Anexos I e II – **anexo 2 da presente ata**);

Para efeitos do provimento dos cargos dirigentes e de acordo com o estatuído na alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deve atender-se ao critério da população, que compreende o total da população residente e da população em movimento pendular;

O Município da Marinha Grande não reúne as condições de admissibilidade previstas no artigo 6.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que possibilita o provimento do cargo de diretor municipal na sua estrutura orgânica, uma vez que a população é inferior a 100 mil;

Face ao número total de população ( $38\ 681 + 4\ 834 = 43\ 515$ ), estão reunidas os pressupostos para o provimento de um diretor de departamento municipal, seis chefes de divisão e dois cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior;

Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;

Compete ainda ao órgão deliberativo, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau), nos termos da alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estando cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados por aquele órgão, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea a) do artigo 7.º do diploma;

Compete também à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico) nos termos da alínea d) do artigo 6.º, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no artigo 8.º;

Quando seja exclusivamente adotada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, com vista ao aumento da flexibilidade e da eficácia na gestão, podem ser criadas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sem prejuízo do referido no ponto seguinte, sob proposta do respetivo Presidente, equipas de projeto temporárias e com objetivos especificados, no termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º;

Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do já mencionado artigo 6.º, definir o número máximo de equipas de projeto;

Acolhendo o raciocínio que sustentou o modelo organizacional vigente, concretamente o de que a dimensão da estrutura camarária não justifica a existência de departamentos, aliado à necessidade de racionalização da despesa, entende-se que a atual realidade não se coaduna com o provimento do cargo de diretor de departamento.

**Em face dos considerandos enunciados, propõe-se à Câmara Municipal da Marinha Grande que aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte modelo organizacional:**

- **Modelo de estrutura orgânica – Estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis, nos termos da alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;**
- **N.º máximo de unidades orgânicas flexíveis – Fixar em seis (6) o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do citado artigo 6.º;**
- **N.º máximo de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior – Fixar em dois (2) o número máximo de cargos de direção intermédia de 3.º grau, designados como chefes de unidade, a prever nos termos n.º 2 do artigo 4.º conjugado com o artigo 9.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto;**
- **N.º máximo de subunidades orgânicas – Fixar em quatro (4) o número máximo de subunidades orgânicas, ao abrigo da alínea d) do artigo 6.º;**

- N.º máximo de equipas de projeto – Não prever a existência de equipas de projeto na estrutura orgânica municipal (alínea f) do artigo 6.º).
- Entrada em vigor – A presente moldura organizacional entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos e 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU, que proferiram a seguinte declaração de voto:

*“O nosso sentido de voto contra a proposta apresentada pelo executivo camarário tem por base o facto de não nos terem sido apresentados quaisquer documentos que consubstanciassem nomeadamente o número máximo de unidades orgânicas flexíveis nem tão pouco nos foi presente a devida estrutura orgânica.*

*Na realidade é impossível aferir do mérito da proposta do executivo quando em cima da mesa só estão previstos simples números. Estamos a falar de um instrumento de gestão fundamental para a atividade da Câmara e não sabemos, perante aquilo que nos foi apresentado, se são estas ou não as reais necessidades da Câmara em termos de eficiência e eficácia organizacional.*

*Na verdade, em consciência, não poderíamos nunca votar algo de que não conhecemos a realidade.”*

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto, subscrita pelo Sr. Vereador Paulo Vicente e pelo Sr. Presidente:

*“A proposta veio devidamente fundamentada e também foi devida e transparentemente informado todo o executivo camarário. A estrutura orgânica é uma proposta subsequente a esta mesma.*

*Todos os esclarecimentos pedidos foram satisfeitos, dando-se as indicações da redução das unidades orgânicas atuais e as que irão ser resultantes desta nova reestruturação, pelo que entendemos não existirem as razões apontadas na declaração de voto anterior.”*

**12 - DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS, ÁREA, REQUISITOS DE RECRUTAMENTO E RESPECTIVA REMUNERAÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO N.º 3 DO ARTIGO 4.º, DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.**

756 - A definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, do período de experiência profissional, e respetiva remuneração, do cargo de direção intermédia de 3.º grau, designado chefe de

unidade, cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

O cargo a prover ficará integrado numa unidade orgânica flexível e sob a dependência hierárquica de cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão municipal.

**Nestes termos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º do diploma já aludido, a Câmara Municipal delibera aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a definição das competências, critérios de recrutamento e remuneração do chefe de unidade, nos termos a seguir enunciados:**

**1 – Definição das competências:**

- a. Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
- b. Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;
- c. Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo superior hierárquico ou pelo presidente, e propor as soluções adequadas;
- d. Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à unidade orgânica que integra;
- e. Participar na definição dos objetivos de atuação da unidade orgânica que integra, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
- f. Colaborar e acompanhar a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços da unidade orgânica;
- g. Coadjuvar na gestão dos recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- h. Assegurar, em colaboração com o dirigente, a qualidade técnica do trabalho produzido na divisão e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;

- i. Auxiliar o dirigente no acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- j. Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;
- k. Cooperar na identificação das necessidades de formação específica dos trabalhadores da unidade e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- l. Preparar os processos e informar sobre os assuntos no âmbito das respetivas competências;

## **2 – Área:**

O titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau é recrutado por procedimento concursal, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, de entre trabalhadores em funções públicas por tempo indeterminado.

## **3 – Requisitos do recrutamento:**

Exigência de licenciatura adequada, competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com três anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreiras para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

## **4 – Remuneração:**

3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior (1 407,45€), com opção pelo vencimento da categoria de origem.

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. António Santos e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Dr.ª Alexandra Dengucho e Dr. Vítor Pereira.**

**O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho declarou que se absteve porque diferenciava esta situação do ponto anterior, em que votou contra, na medida em que entende que a fundamentação não era tão necessária.**

**13 - RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE DERROCADA DE MURO DE VEDAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EX-MARIPARQUE – RUA DA LAGOA - PRAIA DA VIEIRA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.**

757 - Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 04-10-2012, na qual foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e estabilidade do muro de vedação das instalações da ex-Mariparque, propriedade da sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, SA, e na sequência da realização da mesma em 23-10-2012, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 12-11-2012, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo (**Anexo 3**) à ata, do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“

· Diagnóstico

A deformação evidenciada no muro decorre da sua utilização inadequada como muro de suporte de terras. Esta situação desencadeou a inclinação que agora se verifica no muro, a qual pode agravar-se a qualquer altura e provocar o desequilíbrio do muro ocorrendo a derrocada.

Esta situação foi reportada à comissão pelos moradores da Rua da Lagoa, os quais possuem os logradouros das suas casas viradas para este arruamento que utilizam para aceder às garagens e pátios. O perigo de derrocada do muro é iminente, pode ocorrer a qualquer altura e provocar danos materiais elevados. Não é possível definir quando é que o derrube poderá ocorrer, mas é certo que a pressão das areias encostadas ao muro e a infiltração constante das águas da chuva vão fragilizando cada vez mais a estrutura incorreta.

· Proposta de intervenção

Considerando os problemas estruturais detetados e o subsequente diagnóstico, propõe-se uma intervenção que contemple os seguintes trabalhos:

1. Demolição de 50 m de muro desde o portão sul até ao limite da zona de aterro em areia, ou seja na zona de maior risco.
2. Construção de um muro de suporte de terras, devidamente dimensionado, que poderá ser em betão armado ou noutro material desde que cumpra a função de suporte (ex. muro de gabiões, terra armada).

· Estimativa

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 28.173,25 € (Vinte e oito mil cento e setenta e três euros e vinte cinco cêntimos). Junta-se o orçamento e mapa de medições em anexo.

· Prazos

Considera-se que devido às intempéries é urgente proceder à demolição do muro em questão, sendo que o prazo estipulado para efectuar essas demolições é de quinze dias.

Quanto à reconstrução do muro parece-nos razoável estabelecer um prazo de 6 meses, considerando que este deverá estar construído antes da próxima época balnear.”.

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para a segurança de pessoas e bens, decorrentes de uma eventual derrocada do muro que está a ser utilizado como suporte de terras, sem que possua as características necessárias para esse efeito delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar à sociedade Hotéis Cristal–Empreendimentos Turísticos, SA., com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, Embra, Marinha Grande:**

1. A realização da demolição parcial, no prazo máximo de 15 dias a contar da data da notificação, do muro de vedação confinante com a Rua da Lagoa, Praia da Vieira, numa extensão de 50 metros, desde o portão sul até ao limite da zona de aterro em areia, que é a área de maior risco;
2. A realização subsequente dos trabalhos de construção de um novo muro de suporte de terras, devidamente dimensionado, que poderá ser de betão armado ou noutro material, desde que cumpra a função de suporte (ex. muro de gabiões, terra armada), que deverá estar concluído no prazo de 6 meses, ou seja, antes do início da próxima época balnear, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira declarou-se impedido, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de ser trabalhador da Sociedade Hotéis Cristal-Empreendimentos Turísticos, S.A. .**

**14 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**



758 - Presente requerimento da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, datado de 12-11-2012, a solicitar:

- A concessão de alargamento dos horários de funcionamento para todos os estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho da Marinha Grande, sócios da ACIMG, até às 5h00, na noite de 31- 12-2012 para 01-01-2013;
- A correspondente isenção de pagamento das taxas.

O pedido de alargamento de horário destina-se a fomentar as vendas na referida data, de modo a fazer face à atual crise que grassa no comércio.

A Câmara Municipal apreciou o pedido e concordando com os motivos apresentados e considerando ainda que o alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais possibilitará, no atual quadro de incerteza e dificuldades económico-financeiras, o aumento, nessa época festiva, do número de vendas;

Considerando que importa criar oportunidades de incremento da economia do concelho e defender os interesses de todos aqueles que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento da Marinha Grande;

**Delibera autorizar, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais - independentemente do ramo de atividade e de serem ou não sócios da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande – até às 6 horas do dia 1 de janeiro de 2013.**

**Mais delibera isentá-los do pagamento das taxas devidas por esse alargamento, sob pena de eventuais lucros advenientes dessa medida serem absorvidos pelo pagamento desses tributos e dar conhecimento do teor da presente deliberação às forças de segurança competentes – GNR de S. Pedro de Moel e de Vieira de Leiria e PSP da Marinha Grande.**

**A presente autorização fica condicionada aos pareceres dos sindicatos e associação de consumidores -DECO, previstos no nº1 do artigo e regulamento citados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO PARA AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO COM AS ATIVIDADES QUE VISAM O CUMPRIMENTO DA MISSÃO DE AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL DO CORPO DE BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO**

**HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE -  
ADITAMENTO.**

759 - Presente exposição da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, na qual se explanam um conjunto de dificuldades que afetam aquela associação, designadamente relativas à diminuição substancial da receita com transporte de doentes e à difícil conjugação desse efeito na estrutura de custos fixos e variáveis, que são suscetíveis de prejudicar o normal funcionamento da Associação.

Considerando que as Associações de Bombeiros Voluntários desempenham um papel primordial e imprescindível, no quadro da proteção civil e consequentemente da salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que o correto funcionamento dos corpos de bombeiros constitui uma garantia quanto à prestação de serviços essenciais à proteção da saúde da população.

Considerando que tendo em conta estes pressupostos foi outorgado em 27 de fevereiro de 2009, um protocolo de cooperação e apoio financeiro para as despesas de funcionamento com as atividades que visam o cumprimento da missão de agente de proteção civil do corpo de bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

Considerando que a mencionada associação, fruto da atual conjuntura, se encontra a passar por extremas dificuldades que colocam em causa a qualidade dos serviços essenciais prestados à população.

Considerando que os riscos existentes em matéria de proteção civil, designadamente no quadro de funcionamento de unidades industriais de grande peso, não consentem a precarização e degradação do modo de funcionamento do corpo de bombeiros da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal, de acordo com o artigo 64.º, n.º 4, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aditar um n.º 3, à cláusula 3.ª, do Protocolo de cooperação, celebrado em 29 de fevereiro de 2009, com o seguinte teor:**

**“3 – O Município da Marinha Grande transfere, até ao termo do ano civil de 2012, uma verba adicional de cinquenta mil euros, em reforço do montante a que se refere o número anterior”.**

**A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta da adenda ao Protocolo citado.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - “QREN - CAUÇÕES”**

760 - O Município da Marinha Grande procede ao depósito bancário numa conta da Caixa Geral de Depósitos, de todos os montantes recebidos pela autarquia que constituem a arrecadação de verbas para entrega a terceiros. Estão por isso incluídos nestes depósitos as quantias retidas para efeitos de reforço de caução, no âmbito dos contratos de empreitadas de obras públicas.

No entanto, a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, via Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, veio requerer, telefonicamente, que estes montantes fossem arrecadados em conta bancária específica criada para o efeito. Ou seja, pretendem que a autarquia proceda à abertura de uma conta bancária própria na qual passem a ser depositados todos os reforços de caução efetuados aquando do pagamento de faturas de contratos de obras públicas objeto de financiamento comunitário, considerando que são estas as orientações que têm vindo a ser veiculadas pelo Tribunal de Contas Europeu.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “QREN – CAUÇÕES”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros, referentes aos reforços de cauções das empreitadas de obras públicas com candidaturas apresentadas ao Mais Centro, sendo intervenientes na movimentação da mesma:**

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **17 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

761 - Considerando que o contrato, celebrado em 29 de agosto de 2011, tem sido executado de forma adequada e sem reclamações.

Considerando que o preço unitário por refeição do contrato é de 1,23 euros.

Considerando que se verifica uma real tendência de redução de preço deste tipo de refeições, desde o ano letivo 2003/2004, conforme informação em anexo.

Considerando que o preço praticado corresponde ao mínimo possível para o fornecimento de refeições de qualidade.

Considerando que a componente preponderante do contrato é o fornecimento de bens (géneros alimentares necessários para a confeção das refeições).

Considerando que, em qualquer caso, não é viável a redução do preço sem consequências negativas para o fornecimento de refeições escolares, sem interrupções.

A Câmara Municipal delibera considerar o contrato celebrado como um contrato misto e por isso não sujeito a redução remuneratória, nem a parecer prévio, nos termos conjugados do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e do artigo 69.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

## **18 - RECEÇÕES DEFINITIVAS**

762 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Execução da conduta adutora e distribuidora da Zona Industrial da Marinha Grande – Concurso Público n.º 05/2005 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e quatro de agosto de dois mil e seis, à empresa “Pinto & Bras, Lda;

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Arranjos paisagísticos da Praceta Olímpio Duarte – Concurso Limitado n.º 21/2004 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de dois de junho de dois mil e cinco, à empresa “Rodrigues, Irmãos, Lda.

A Câmara Municipal, verificando pelos autos referidos que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

**contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente as obras antes enunciadas, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS OUTEIRINHOS - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2007 DIRM. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

763 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de Beneficiação da rua dos Outeirinhos – Concurso Público N.º 05/2007 DIRM, em 60 % do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

**20 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: 3.572.630,08 € (três milhões, quinhentos e setenta e dois mil seiscentos e trinta euros e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**ORDEM DO DIA – ADENDA**

1. 16ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2012
2. INSPEÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2013 E 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE CONTENTORES MULTIBENS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
4. ELABORAÇÃO DOS PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
6. RECOLHA DE EFLUENTES PARA O ANO DE 2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
7. FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2013
8. P.A. 21/2011-AP/DEDIS-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LECTIVOS 2011/2012 E 2012/2013 – REVISÃO DE PREÇOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS

**PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO  
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

- 9. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**
- 10. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE PATROCÍNIO DESPORTIVO. CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE**
- 11. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA**
- 12. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2012 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**
- 13. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2012 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**
- 14. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2012 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**
- 15. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, NO ÂMBITO DOS PROJETOS OTL “ O NOSSO MUNDO” E “GABINETE MÃO ABERTA”.**
- 16. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS JUNTO DE CRIANÇAS E JOVENS CARENCIADOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**
- 17. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON (A.P.D.P.) PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES PARA O CORRENTE ANO.**

18. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGACÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES.
19. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS (ASURPI) PARA A REALIZAÇÃO DA 36.ª EDIÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO
20. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL.
21. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA E JANTAR DE NATAL.
22. APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO À REALIZAÇÃO DA 23.ª FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO E GASTRONOMIA DA MARINHA GRANDE
23. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO DE 2012/2013.
24. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA ESCOLAS DO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA. ANO LETIVO DE 2012/2013. 1ª FASE
25. APOIO FINANCEIRO AO CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE PARA A ESCOLA DE MÚSICA
26. APOIO FINANCEIRO À ASSOCIACAO TOCANDAR
27. APOIO FINANCEIRO AO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – ENCENAÇÃO DA PEÇA “O AMIGO DE PENICHE”



## **1 - 16ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**

764 - Presente proposta da 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**13.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012**, no valor de 107.740 euros nos reforços e de 107.740 euros nas anulações;

**12.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012** no valor de 56.490 euros nos reforços e 56.490 euros nas anulações;

**13.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012** no valor de 54.250,00 euros nos reforços e 54.250,00 euros nas anulações, de reforços de 800 euros no ano de 2013, de anulações de 800 euros no ano de 2013, de reforços de 800 euros no ano de 2014 e de anulações de 800 euros no ano de 2014.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2 - INSPEÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2013 E 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

765 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação e requisição interna n.º 5636 do serviço do GAM – Gabinete de Apoio ao Município na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de inspecção, reinspecção e selagem de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de *“INSPECÇÕES PERIÓDICAS DE ELEVADORES”*, na classificação orgânica/económica 0103/020220 e ação do PAM 2012/A/13.

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.679,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, para o período de 2 anos, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de inspeção, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação dos serviços de *“Inspeção, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE CONTENTORES MULTIBENS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

766 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º C.R. 18/2012 e requisição interna n.º 10010 do serviço da DASUP na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de *“RECOLHA DE LIXOS SELECTIVOS NO CONCELHO (CONTENTORES MULTIBENS)”*, na classificação orgânica/económica 11/020225 e ação do PAM 2012/A/51.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.639,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Prestação de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - ELABORAÇÃO DOS PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

767 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º AF 302/2012 e requisição interna n.º 8548 do serviço da DOPP – Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projectos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação de serviços para *“Elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*, na classificação orgânica/económica 09/ 07010304 e ação do PPI 2011/I/16.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.500,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que não se aplica a este procedimento redução remuneratória por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2011, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de controlo da qualidade de água para consumo humano.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a**

**assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação dos serviços para “Elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

768 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão

deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º T.F. 12.2012 e requisição interna n.º 9998 do serviço da DOEM na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações eléctricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de *“RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DE EDÍFÍCIOS MUNICIPAIS DE 2013 A 2014”*, na classificação orgânica/económica 10/020220 e ação do PAM 2012/A/129.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.795,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, para o período de 24 meses, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização da *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações eléctricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações eléctricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**



**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - RECOLHA DE EFLUENTES PARA O ANO DE 2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

769 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

Considerando a informação n.º I.A./148/2012 e requisição interna n.º 10021 do serviço da DASUP na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de recolha de efluentes domésticos para o ano 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação de serviços de *“RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014”*, na classificação orgânica/económica 11/020225 e ação do PAM 2012/A/132.

Considerando que o preço base a aplicar é de 22.682,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de recolha de efluentes domésticos para o ano 2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Recolha de efluentes domésticos para o ano 2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **7 - FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2013**

770 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em

mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto-lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da Biblioteca Municipal na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da aquisição de jornais e revistas para a Biblioteca Municipal, para fornecimento no período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013.

Considerando que será inscrito no projeto de Orçamento da Despesa para o ano de 2013 a dotação necessária para a assunção da despesa relativa ao *“Fornecimento de jornais e revistas para a Biblioteca Municipal para o ano 2013”* na classificação orgânica/económica 08/020120, sendo o valor total da despesa estimado em 2.004,53€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efectuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar de *“Fornecimento de jornais e revistas para a Biblioteca Municipal para o ano 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao *“Fornecimento de jornais e revistas para a Biblioteca Municipal para o ano 2013”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - P.A. 21/2011-AP/DEDIS-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LECTIVOS 2011/2012 E 2012/2013 – REVISÃO DE PREÇOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

771 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que aos 29 dias do mês de agosto de 2011 foi celebrado o contrato escrito n.º 52/2011 entre o Município da Marinha Grande e o adjudicatário Narest – Sociedade Nacional de Restauração, Lda., para *“Alimentação escolar – anos lectivos 2011/2012 e 2012/2013”*.

Considerando que a cláusula 16.ª da parte I do caderno de encargos determina que o contrato fica sujeito a revisão de preços a partir do segundo ano de vigência, ou seja, no início do ano lectivo 2012/2013, correspondente ao índice de preços no consumidor verificado no dia 30 do mês de junho de 2012.

Considerando que o Índice de Preços do Consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de junho de 2012 é de 3,33%, anexo I.

Considerando que o co contratante, Narest – Sociedade Nacional de Restauração, Lda, formalizou o pedido da revisão de preços, através do registo de entrada com o n.º 6795/2012 de 11 de Setembro, anexo II, solicitando o aumento do preço das refeições em 3.33%.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à revisão de preços da *“Alimentação escolar para os anos lectivos 2011/2012 e 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2011/A/19.

Considerando que o valor total da revisão de preços é de 10.945,40 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, passando o preço unitário por refeição de 1,23 euros para 1,27 euros, ao que corresponde um aumento de 0,04 euros por refeição, acrescidos de IVA à taxa de 23%.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à revisão de preços da *“Alimentação escolar para os anos lectivos 2011/2012 e 2012/2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à revisão de preços do contrato n.º 52/2011 relativo a *“Alimentação escolar-anos lectivos 2011/2012 e 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

772 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS I/1030A/2012, de 30 de outubro, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos transportes escolares e outros à empresa municipal TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM para o ano de 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para o *“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG PARA O ANO DE 2012 E 2013 - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210 e ação do PAM 2011/A/112, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 338.850,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para transportes escolares e outros com a empresa municipal TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM para o ano de 2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Celebração de contrato de transportes escolares e outros com a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM para o ano de 2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..**

#### **10 - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE PATROCÍNIO DESPORTIVO. CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE**

773 - Através de deliberação de camarária de 24 de Março de 2011, foi determinado que não sejam submetidos a apreciação e deliberação camarária a atribuição de apoios de qualquer espécie sem que se aprove simultaneamente o respectivo contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

Considerando que incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e colectividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com o artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) e b), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de patrocínio desportivo,



de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto).

Considerando que as entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.

Considerando que os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objecto de contratos-programa de patrocínio desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração do contrato-programa de patrocínio desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo **(Anexo 5)** à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

O contrato que agora se aprova tem por objecto a execução de um programa de patrocínio desportivo, para apoiar na organização do *Rallye Vidreiro e Rallye Centro de Portugal*, organizados pelo Clube Automóvel da Marinha Grande, nos dias 14 de Abril e 22 de setembro de 2012, respetivamente.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o contrato-programa de patrocínio desportivo, em anexo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

NOME	NIF	VALOR A ATRIBUIR
<b>CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE</b>	501104305	11.500,00€

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/107 do Plano de Actividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objecto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objecto, até ao dia 31 de janeiro de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA**

774 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vector de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os **«Critérios de Financiamento à Actividade Física»** aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 6**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

**CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2012
ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	501224254	10.488,60 €
CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE	503912530	3.800,00 €
CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA	501395369	800,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA JUVENTUDE DE CASAL D'ANJA	503452840	400,00 €
DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	501089721	600,00 €
ESCOLA DE JUDO ESTRELA MARINHENSE	501644300	1.220,00 €
FUTEBOL CLUBE "OS BELENENSES"	501124683	1.452,00 €
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	6.681,60 €
JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE	506889955	2.000,00 €
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO	501056467	13.940,00 €
SPORT LISBOA E MARINHA	501219340	5.681,60 €
SPORTING CLUBE MARINHENSE	501150544	9.720,00 €

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Os Srs. Vereadores Dr.ª Alexandra Dengucho e Dr. Vítor Pereira estiveram ausentes por se encontrarem impedidos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que têm interesse no procedimento, dada a respetiva ligação a dois dos clubes.

## **12 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2012 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

775 - Presente informação n.º 1321, datada de 26/11/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta da apreciação das candidaturas relativas ao 1.º trimestre do ano de 2012 do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da sessão da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012.

Considerando que durante o **primeiro trimestre de 2012** foram apresentadas **41** (quarenta e uma) candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 3 (três) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º.

Considerando que a alteração ao regulamento, aprovada em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, entrou em vigor a 10 de março de 2012.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera ao abrigo da alínea c), do nº 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 38 (trinta e oito) candidaturas, constantes no anexo 1, rececionadas antes da entrada em vigor da alteração ao regulamento, e deferir 03 (três) candidaturas, constantes no anexo 2, rececionadas após a entrada em vigor das alterações ao regulamento, bem como deliberar proceder ao pagamento relativo à 1.ª tranche do incentivo aos requerentes constantes no quadro infra definindo como data limite para a entrega dos documentos comprovativos de despesa relativos o dia 14 de dezembro de 2012.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

Nº	Nome do Requerente	NIF	Morada	Cod. Postal	Estimativa Pagamento 2012
<b>ANTES DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO</b>					
1	Liliana Maria Cruz de Matos Rodrigues	218357010	Rua do Rosmaninho nº 173 - Bico da Garcia	2430-049 Marinha Grande	250,00€
2	Ana Lúcia da Silva Augusto	228880432	Rua do Mato da Santa nº 3 - Garcia	2430-017 Marinha Grande	250,00€
3	Elisabete Gaspar Pedro Duarte	206004362	Rua do Boco nº 43 - Boco	2430-615 Vieira de Leiria	<b>350,00€</b>
4	Jacinta Rodrigues Valério	229988385	Rua do Caminho Velho nº 10	2445-599 Moita MGR	250,00€
5	Débora Brites Pereira da Silva	206507801	Avenida 1º de Maio nº 43, 4º Esqº	2430-411 Marinha Grande	250,00€
6	Mónica Sofia Alves Lopes	225607794	Rua Cavadinhas nº 31, Bloco B, R/C Esqº - Tojeira de Picassinós	2430-119 Marinha Grande	250,00€
7	Susana Patrícia Pedrosa Miguel	220720754	Rua dos Poços nº 79, 2º Drt, Bloco A, Fracção E - Lameira da Embra	2430-123 Marinha Grande	250,00€
8	Márcia Margarida Martins Marques do Nascimento	224902440	Travessa do Lameiro nº 18, 1º Frente	2430-304 Marinha Grande	250,00€
9	Carlos Alberto Ribeiro Coelho	221210768	Rua das Figueiras nº 73, R/C, Fracção D - Figueiras	2430-187 Marinha Grande	250,00€
10	Carlos Manuel Lourenço de Oliveira	192818368	Rua da Fonte Santa nº 21, 2º C	2430-747 Vieira de Leiria	250,00€
11	Nuno Miguel Duarte Gomes	206654936	Avenida Vitor Gallo 129, Casa P	2430-172 Marinha Grande	250,00€
12	Ana Cristina Carvalho Amado	197370144	Rua António Maria da Silva nº 19, casa 5 - Comeira	2430-181 Marinha Grande	250,00€
13	Delfina de Bastos Sousa	214099016	Rua Central nº 149 A - Garcia	2430-138 Marinha Grande	250,00€
14	Rita Alexandra Batista Póvoa	226673871	Rua da Cidade do Fundão nº 46, lte 11, R/C Esqº	2430-525 Marinha Grande	250,00€
15	Catarina Isabel Subtil Raimundo	165718862	Rua das Cavadinhas nº 31, R/C Drt - Tojeira de Picassinós	2430-119 Marinha Grande	250,00€
16	Cláudia Catarina de Almeida Mota Martins Dias	173538401	Rua da Esperança nº 11, Bloco A, R/C Drt	2430-082 Marinha Grande	250,00€
17	Gonçalo Ricardo Rodrigues Carvalheiro	230052363	Rua da Azinheira nº 60 - Figueiras	2430-049 Marinha Grande	250,00€
18	Joana Leandra Ferreira Marques Duarte de Sousa	209339438	Rua Joaquim Matias 11, 2º Dtº	2430-261 Marinha Grande	250,00€
19	Gustavo José da Costa Frade	213803259	Travessa da Rua do Corgo Sul nº 17 - Comeira	2430-072 Marinha Grande	250,00€
20	Octávio dos Santos Botelho	228166004	Rua 10 de Junho, 64 A - Picassinós	2430-418 Marinha Grande	250,00€
21	Fabiana dos Santos Guarda	202422267	Rua da Fábrica nº 16 A, Pilado	2430-131 Marinha Grande	250,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

22	Mariana Lobo Tavares de Abranches de Figueirôa Martinho Gonçalves	216317240	Avenida das Piscinas nº 34 D - S.Pedro de Moel	2430-498 Marinha Grande	250,00€
23	Filipe Alexandre Soares Luís	221816313	Rua das Andorinhas nº 36 - Lameira de Picassinós	2430-320 Marinha Grande	350,00€
24	Nuno Miguel Gomes Ferreira Norte de Jesus	225217058	Rua Cravos de Abril 27 B, 2º Frente - Casal Galego	2430-085 Marinha Grande	250,00€
25	Marco Filipe Santos Barros	201880415	Rua das Forcadas nº 167 - Figueiras	2430-014 Marinha Grande	250,00€
26	Ana Filipa Tenório de Abreu e Sousa	199152985	Rua da Indústria Vidreira n.º 68, 2º Esqº, Fracção E - Casal da Formiga	2430-148 Marinha Grande	250,00€
27	Sandra Sofia Mourinho Pereira	223065455	Rua dos Rolhistas nº 17 - Embra	2430-099 Marinha Grande	250,00€
28	Alice Sofia Sousa Santos	213675994	Rua do Tojal n.º 15, 1º D - Camarnal	2430-066 Marinha Grande	350,00€
29	Ricardo José Lourenço Mendes	206167598	Rua Sombras do Poente nº 20, R/C Drt	2430-812 Vieira de Leiria	250,00€
30	João Luís Martins Salgueiro	197905714	Travessa da Cancela nº 12	2430-131 Marinha Grande	250,00€
31	Ana Sofia da Silva Vitorino	220747644	Praceta da Liberdade Bloco 2, 3ºEsqº - Casal do Malta	2430-069 Marinha Grande	350,00€
32	Nélia Alexandra Dias Salvador	204889286	Rua das Campainhas nº 5, R/C Esqº - Embra	2430-118 Marinha Grande	250,00€
33	Sofia Catarina de Carvalho Sanches Lopes	219712409	Rua Cidade do Fundão Lote 50, 2º Drt - Embra	2430-525 Marinha Grande	350,00€
34	Elsa Sofia Martinho Ruivo	214184242	Rua Cidade do Fundão nº 359, 1º Drt, Urb.Vergieiras - Embra	2430-525 Marinha Grande	250,00€
35	Filipe Emanuel Correia Cambiais Valente	242446582	Rua Doutor Pedro Viana n.º 9, 1º Drt	2430-253 Marinha Grande	250,00€
36	Rute Alexandra dos Santos Soares Ferreira	215571177	Quinta das Nespereiras n.º 15, 2ºB	2430-290 Marinha Grande	250,00€
37	Joana Rita Ferreira de Oliveira Gomes	205902090	Rua Luciano Migueis n.º 29	2430-284 Marinha Grande	250,00€
38	Ana Marta Guerra Mendes Fernandes Duarte	230794718	Rua das Andorinhas nº 7 - Lameira da Embra	2430-320 Marinha Grande	250,00€
<b>APÓS A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO</b>					
39	Pedro Alexandre Mendes Morais	169385922	Rua Manuel Francisco nº 17, 2º Drt - Boavista	2430-059 Marinha Grande	500,00€
40	Liliana Cristina Coutinho Matias Carlos	215976827	Rua dos Agriões nº 53 - Pilado	2430-322 Marinha Grande	125,00€
41	Melanie Eheleben	231423896	Sítio Brejo das Trutas nº 19 - Trutas	2430-520 Marinha Grande	500,00€
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>11.125,00€</b>

Delibera ainda que, a não apresentação dos referidos documentos dentro do prazo estabelecido, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2012.

Por último e considerando que:

- nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

- a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo das candidaturas, delibera ainda, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, aos seguintes requerentes:

Nº	Nome do Requerente	NIF	Morada	Cod. Postal	Estimativa Pagamento 2013
<b>ANTES DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO</b>					
<b>1</b>	Liliana Maria Cruz de Matos Rodrigues	218357010	Rua do Rosmaninho nº 173 - Bico da Garcia	2430-049 Marinha Grande	250,00€
<b>2</b>	Ana Lúcia da Silva Augusto	228880432	Rua do Mato da Santa nº 3 - Garcia	2430-017 Marinha Grande	250,00€
<b>3</b>	Elisabete Gaspar Pedro Duarte	206004362	Rua do Boco nº 43 - Boco	2430-615 Vieira de Leiria	<b>350,00€</b>
<b>4</b>	Jacinta Rodrigues Valério	229988385	Rua do Caminho Velho nº 10	2445-599 Moita MGR	250,00€
<b>5</b>	Débora Brites Pereira da Silva	206507801	Avenida 1º de Maio nº 43, 4º Esqº	2430-411 Marinha Grande	250,00€
<b>6</b>	Mónica Sofia Alves Lopes	225607794	Rua Cavadinhas nº 31, Bloco B, R/C Esqº - Tojeira de Picassinos	2430-119 Marinha Grande	250,00€

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

7	Susana Patrícia Pedrosa Miguel	220720754	Rua dos Poços nº 79, 2º Drt, Bloco A, Fracção E - Lameira da Embra	2430-123 Marinha Grande	250,00€
8	Márcia Margarida Martins Marques do Nascimento	224902440	Travessa do Lameiro nº 18, 1º Frente	2430-304 Marinha Grande	250,00€
9	Carlos Alberto Ribeiro Coelho	221210768	Rua das Figueiras nº 73, R/C, Fracção D - Figueiras	2430-187 Marinha Grande	250,00€
10	Carlos Manuel Lourenço de Oliveira	192818368	Rua da Fonte Santa nº 21, 2ºC	2430-747 Vieira de Leiria	250,00€
11	Nuno Miguel Duarte Gomes	206654936	Avenida Vitor Gallo 129, Casa P	2430-172 Marinha Grande	250,00€
12	Ana Cristina Carvalho Amado	197370144	Rua António Maria da Silva nº 19, casa 5 - Comeira	2430-181 Marinha Grande	250,00€
13	Delfina de Bastos Sousa	214099016	Rua Central nº 149 A - Garcia	2430-138 Marinha Grande	250,00€
14	Rita Alexandra Batista Póvoa	226673871	Rua da Cidade do Fundão nº 46, lte 11, R/C Esqº	2430-525 Marinha Grande	250,00€
15	Catarina Isabel Subtil Raimundo	165718862	Rua das Cavadinhas nº 31, R/C Drt - Tojeira de Picassinos	2430-119 Marinha Grande	250,00€
16	Cláudia Catarina de Almeida Mota Martins Dias	173538401	Rua da Esperança nº 11, Bloco A, R/C Drt	2430-082 Marinha Grande	250,00€
17	Gonçalo Ricardo Rodrigues Carvalheiro	230052363	Rua da Azinheira nº 60 - Figueiras	2430-049 Marinha Grande	250,00€
18	Joana Leandra Ferreira Marques Duarte de Sousa	209339438	Rua Joaquim Matias 11, 2º Dtº	2430-261 Marinha Grande	250,00€
19	Gustavo José da Costa Frade	213803259	Travessa da Rua do Corgo Sul nº 17 - Comeira	2430-072 Marinha Grande	250,00€
20	Octávio dos Santos Botelho	228166004	Rua 10 de Junho, 64 A - Picassinos	2430-418 Marinha Grande	250,00€
21	Fabiana dos Santos Guarda	202422267	Rua da Fábrica nº 16 A, Pilado	2430-131 Marinha Grande	250,00€
22	Mariana Lobo Tavares de Abranches de Figueirôa Martinho Gonçalves	216317240	Avenida das Piscinas nº 34 D - S. Pedro de Moel	2430-498 Marinha Grande	250,00€
23	Filipe Alexandre Soares Luís	221816313	Rua das Andorinhas nº 36 - Lameira de Picassinos	2430-320 Marinha Grande	<b>350,00€</b>
24	Nuno Miguel Gomes Ferreira Norte de Jesus	225217058	Rua Cravos de Abril 27 B, 2º Frente - Casal Galego	2430-085 Marinha Grande	250,00€
25	Marco Filipe Santos Barros	201880415	Rua das Forçadas nº 167 - Figueiras	2430-014 Marinha Grande	250,00€
26	Ana Filipa Tenório de Abreu e Sousa	199152985	Rua da Indústria Vidreira n.º 68, 2º Esqº, Fracção E - Casal da Formiga	2430-148 Marinha Grande	250,00€
27	Sandra Sofia Mourinho Pereira	223065455	Rua dos Rolhistas nº 17 - Embra	2430-099 Marinha Grande	250,00€
28	Alice Sofia Sousa Santos	213675994	Rua do Tojal n.º 15, 1º D - Camarnal	2430-066 Marinha Grande	350,00€
29	Ricardo José Lourenço Mendes	206167598	Rua Sombras do Poente nº 20, R/C Drt	2430-812 Vieira de Leiria	250,00€



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

30	João Luís Martins Salgueiro	197905714	Travessa da Cancela nº 12	2430-131 Marinha Grande	250,00€
31	Ana Sofia da Silva Vitorino	220747644	Praceta da Liberdade Bloco 2, 3ºEsqº - Casal do Malta	2430-069 Marinha Grande	350,00€
32	Nélia Alexandra Dias Salvador	204889286	Rua das Campainhas nº 5, R/C Esqº - Embra	2430-118 Marinha Grande	250,00€
33	Sofia Catarina de Carvalho Sanches Lopes	219712409	Rua Cidade do Fundão Lote 50, 2º Drt - Embra	2430-525 Marinha Grande	350,00€
34	Elsa Sofia Martinho Ruivo	214184242	Rua Cidade do Fundão nº 359, 1º Drt, Urb.Vergieiras - Embra	2430-525 Marinha Grande	250,00€
35	Filipe Emanuel Correia Cambiais Valente	242446582	Rua Doutor Pedro Viana n.º 9, 1º Drt	2430-253 Marinha Grande	250,00€
36	Rute Alexandra dos Santos Soares Ferreira	215571177	Quinta das Nespereiras n.º 15, 2ºB	2430-290 Marinha Grande	250,00€
37	Joana Rita Ferreira de Oliveira Gomes	205902090	Rua Luciano Migueis n.º 29	2430-284 Marinha Grande	250,00€
38	Ana Marta Guerra Mendes Fernandes Duarte	230794718	Rua das Andorinhas nº 7 - Lameira da Embra	2430-320 Marinha Grande	250,00€
<b>APÓS A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO</b>					
39	Pedro Alexandre Mendes Morais	169385922	Rua Manuel Francisco nº 17, 2º Drt - Boavista	2430-059 Marinha Grande	500,00€
40	Liliana Cristina Coutinho Matias Carlos	215976827	Rua dos Agriões nº 53 - Pilado	2430-322 Marinha Grande	125,00€
41	Melanie Eheleben	231423896	Sítio Brejo das Trutas nº 19 - Trutas	2430-520 Marinha Grande	500,00€
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>11.125,00€</b>

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **13 - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2012 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

776 - Presente informação n.º 1320, datada de 26/11/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta da apreciação das candidaturas relativas ao 2.º trimestre do ano de 2012 do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da sessão da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012.

Considerando que durante o **segundo trimestre de 2012** foram apresentadas **31 (trinta e uma)** candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 3 (três) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera ao abrigo da alínea c), do nº 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 30 (trinta) candidaturas, constantes no anexo 1, bem como deliberar proceder ao pagamento relativo à 1.ª tranche do incentivo aos requerentes constantes no quadro infra definindo como data limite para a entrega dos documentos comprovativos de despesa relativos o dia 14 de dezembro de 2012:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

Nº	Nome do Requerente	NIF	Morada	Cod. Postal	Estimativa Pagamento 2012
1	Virgínia Alexandra dos Santos Almeida Vilas Boas	228129800	Rua do Lamarão n.º 30-D - Camarnal	2430-060 Marinha Grande	125,00€
2	David João Marques dos Santos Soares	208217266	Travessa Manuel Laranjeira Guerra n.º 46 - Lameira de Picassinos	2430-048 Marinha Grande	125,00€
3	Liliana Marisa Gomes Ribeiro	211079960	Rua Casal da Formiga Lote 3, 1º E	2430-068 Marinha Grande	125,00€
4*	Sebastian Marcelino Gonçalves	220477558	Rua dos Agriões, n.º 1 - Pilado	2430-322 Marinha Grande	250,00€*
5	Daniel Francisco Lourenço	209039213	Rua Principal n.º 12, R/C Dto, Rapadoiro - Garcia	2430-138 Marinha Grande	125,00€
6	Mara Andrea Bordalo Barata	217693547	Rua Rui Couceiro Neto da Silva n.º 3, 1º Drt	2430-207 Marinha Grande	125,00€
7	Ricardo Augusto Morais Galo	166360546	Rua Aquilino Ribeiro n.º 38 - Guarda Nova	2430-472 Marinha Grande	500,00€
8	Vânia Patrícia Simão Ferreira Santos	227117441	Rua do Outeiro n.º 34 - Amieira	2430-012 Marinha Grande	125,00€
9	Sandra Cristina Silvestre Alves	214339696	Rua da Panificadora n.º 5 - Embra	2430-097 Marinha Grande	125,00€
10	José Miguel Gonçalves Afonso	228544173	Rua Salvaterra de Magos n.º 40, 1º Esqº - Embra	2430-526 Marinha Grande	125,00€
11	Valéria Batista Gonçalves Leal	202968782	Travessa 1º de Maio n.º 13	2430-225 Marinha Grande	125,00€
12	Fátima Alexandra Pereira Pinto	261201930	Rua da Fé n.º 15 - Pedra de Cima	2430-400 Marinha Grande	500,00€
13	Júlio Miguel Simões Ribeiro	199274886	Rua das Rosas da Pedra de Cima n.º 16	2430-153 Marinha Grande	125,00€
14	Nuno Miguel Lopes Machado	205231705	Rua dos Pintores de Vidro n.º 95, R/C, TZ, Fração B, Lte 3 - Lameiro	2430-102 Marinha Grande	125,00€
15	Jasvir Singh	232632375	Rua do Tecelão n.º 7 - Amieirinha	2430-030 Marinha Grande	500,00€
16	Pedro Miguel Mendes Guerra Marques Cortez	207816433	Rua da Agroeira n.º 136-E - Amieira	2430-012 Marinha Grande	125,00€
17	Vânia Alexandra da Silva Sousa	214390497	Avenida 1º de Maio n.º 189-A 1º Dto	2430-210 Marinha Grande	125,00€
18	João António de Paiva Mascarenhas	229278728	Avenida Vitor Gallo n.º 66, 1º Dto	2430-174 Marinha Grande	125,00€
19	Alexandru Pricop	232930961	Rua Professor Virgilio Morais n.º 4, 2º Esqº	2430-238 Marinha Grande	500,00€
20	Sandra Cristina Gomes Carqueijeiro	204602351	Rua do Covão n.º 4-A - Vieira de Leiria	2430-816 Vieira de Leiria	125,00€
21	Paulo José Guerra Duarte	205005454	Rua Cravos de Abril n.º 23, R/C Esqº - Casal Galego	2430-085 Marinha Grande	125,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

<b>22</b>	Elsa Sónia da Rocha Tarelho	206193521	Beco das Chedas n.º 4-A - Boco	2430-615 Vieira de Leiria	125,00€
<b>23</b>	Dora Isabel Assunção Ribeiro	219983828	Rua António Matos Bonita n.º 8, 1.º Esqº - H - Ordem	2430-377 Marinha Grande	125,00€
<b>24</b>	António Leonel Filipe	182593355	Rua da Azambuza n.º 24, 1º Dto	2430-228 Marinha Grande	<b>500,00€</b>
<b>25</b>	Vânia Cristina da Silva Matos	253453569	Rua do Pontel n.º 12 - Amieira	2430-012 Marinha Grande	125,00€
<b>26</b>	Dália Maria Pedrosa Duarte	186904975	Lugar da Galiota n.º 11	2430-631 Vieira de Leiria	<b>500,00€</b>
<b>27</b>	António Jorge Mendes Comenda	221500570	Rua das Figueiras n.º 73	2430-631 Vieira de Leiria	125,00€
<b>28</b>	Sérgio Martinho Coelho Marques	153884428	Rua Soldado Adriano Alexandre n.º 3-A - Moita	2445-613 Moita MGR	125,00€
<b>29</b>	Rui Pedro de Sousa Rocha	200433180	Rua Professor Doutor José Custódio de Moraes n.º 531 - Gaeiras	2430-012 Marinha Grande	125,00€
<b>30</b>	Sónia Maria de Amorim Pereira	210771518	Rua dos Rolhistas n.º 18 - Embra	2430-101 Marinha Grande	125,00€
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>6,125,00€</b>
<b>*</b>	<b>Candidatura de gémeos</b>				

Delibera ainda que, a não apresentação dos referidos documentos dentro do prazo estabelecido, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2012.

Por último e considerando que:

- nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

- a alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo das candidaturas, delibera ainda, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

**na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, aos seguintes requerentes:**

<b>Nº</b>	<b>Nome do Requerente</b>	<b>NIF</b>	<b>Morada</b>	<b>Cod. Postal</b>	<b>Estimativa Pagamento 2013</b>
1	Virgínia Alexandra dos Santos Almeida Vilas Boas	228129800	Rua do Lamarão n.º 30-D - Camarnal	2430-060 Marinha Grande	125,00€
2	David João Marques dos Santos Soares	208217266	Travessa Manuel Laranjeira Guerra n.º 46 - Lameira de Picassinós	2430-048 Marinha Grande	125,00€
3	Liliana Marisa Gomes Ribeiro	211079960	Rua Casal da Formiga Lote 3, 1º E	2430-068 Marinha Grande	125,00€
4*	Sebastian Marcelino Gonçalves	220477558	Rua dos Agriões, n.º 1 - Pilado	2430-322 Marinha Grande	250,00€*
5	Daniel Francisco Lourenço	209039213	Rua Principal n.º 12, R/C Dto, Rapadoiro - Garcia	2430-138 Marinha Grande	125,00€
6	Mara Andrea Bordalo Barata	217693547	Rua Rui Couceiro Neto da Silva n.º 3, 1º Drt	2430-207 Marinha Grande	125,00€
7	Ricardo Augusto Morais Galo	166360546	Rua Aquilino Ribeiro n.º 38 - Guarda Nova	2430-472 Marinha Grande	500,00€
8	Vânia Patrícia Simão Ferreira Santos	227117441	Rua do Outeiro n.º 34 - Amieira	2430-012 Marinha Grande	125,00€
9	Sandra Cristina Silvestre Alves	214339696	Rua da Panificadora n.º 5 - Embra	2430-097 Marinha Grande	125,00€
10	José Miguel Gonçalves Afonso	228544173	Rua Salvaterra de Magos n.º 40, 1º Esqº - Embra	2430-526 Marinha Grande	125,00€
11	Valéria Batista Gonçalves Leal	202968782	Travessa 1º de Maio n.º 13	2430-225 Marinha Grande	125,00€
12	Fátima Alexandra Pereira Pinto	261201930	Rua da Fé n.º 15 - Pedra de Cima	2430-400 Marinha Grande	500,00€
13	Júlio Miguel Simões Ribeiro	199274886	Rua das Rosas da Pedra de Cima n.º 16	2430-153 Marinha Grande	125,00€
14	Nuno Miguel Lopes Machado	205231705	Rua dos Pintores de Vidro n.º 95, R/C, TZ, Fração B, Lte 3 - Lameiro	2430-102 Marinha Grande	125,00€
15	Jasvir Singh	232632375	Rua do Tecelão n.º 7 - Amieirinha	2430-030 Marinha Grande	500,00€
16	Pedro Miguel Mendes Guerra Marques Cortez	207816433	Rua da Agroeira n.º 136-E - Amieira	2430-012 Marinha Grande	125,00€
17	Vânia Alexandra da Silva Sousa	214390497	Avenida 1º de Maio n.º 189-A 1º Dto	2430-210 Marinha Grande	125,00€
18	João António de Paiva Mascarenhas	229278728	Avenida Vitor Gallo n.º 66, 1º Dto	2430-174 Marinha Grande	125,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

19	Alexandru Pricop	232930961	Rua Professor Virgilio Morais n.º 4, 2º Esqº	2430-238 Marinha Grande	500,00€
20	Sandra Cristina Gomes Carqueijeiro	204602351	Rua do Covão n.º 4-A - Vieira de Leiria	2430-816 Vieira de Leiria	125,00€
21	Paulo José Guerra Duarte	205005454	Rua Cravos de Abril n.º 23, R/C Esqº - Casal Galego	2430-085 Marinha Grande	125,00€
22	Elsa Sónia da Rocha Tarelho	206193521	Beco das Chedas n.º 4-A - Boco	2430-615 Vieira de Leiria	125,00€
23	Dora Isabel Assunção Ribeiro	219983828	Rua António Matos Bonita n.º 8, 1.º Esqº - H - Ordem	2430-377 Marinha Grande	125,00€
24	António Leonel Filipe	182593355	Rua da Azambuja n.º 24, 1º Dto	2430-228 Marinha Grande	500,00€
25	Vânia Cristina da Silva Matos	253453569	Rua do Pontel n.º 12 - Amieira	2430-012 Marinha Grande	125,00€
26	Dália Maria Pedrosa Duarte	186904975	Lugar da Galiota n.º 11	2430-631 Vieira de Leiria	500,00€
27	António Jorge Mendes Comenda	221500570	Rua das Figueiras n.º 73	2430-631 Vieira de Leiria	125,00€
28	Sérgio Martinho Coelho Marques	153884428	Rua Soldado Adriano Alexandre n.º 3-A - Moita	2445-613 Moita MGR	125,00€
29	Rui Pedro de Sousa Rocha	200433180	Rua Professor Doutor José Custódio de Morais n.º 531 - Gaeiras	2430-012 Marinha Grande	125,00€
30	Sónia Maria de Amorim Pereira	210771518	Rua dos Rolhistas n.º 18 - Embra	2430-101 Marinha Grande	125,00€
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>6,125,00€</b>
*	Candidatura de gémeos				

Delibera também propor o indeferimento de 01 (uma) candidatura, constante no anexo 2, pelos motivos aí referidos, concedendo ao requerente o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciar sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Oleksandr Korniyuchuk	237631512	Não estar recenseado no concelho há pelo menos 6 meses, antes da data da candidatura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3.º TRIMESTRE DO ANO  
2012 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA  
GRANDE**

777 - Presente informação n.º 1319, datada de 26/11/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta da apreciação das candidaturas relativas ao 3.º trimestre do ano de 2012 do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da sessão da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012.

Considerando que durante o **3.º trimestre de 2012** foram apresentadas **50 (cinquenta)** candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 3 (três) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera ao abrigo da alínea c), do nº 4, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 44 (quarenta e quatro) candidaturas, constantes no anexo 1, bem como deliberar proceder ao pagamento relativo à 1.ª tranche do incentivo aos requerentes constantes no quadro infra definindo como data limite para a entrega dos documentos comprovativos de despesa relativos o dia 14 de dezembro de 2012:

Nº	Nome do Requerente	NIF	Morada	Cod. Postal	Estimativa Pagamento 2012
1	Paulo César da Silva Serra	195424077	Rua Central das Figueiras n.º 150-A	2430-133 Marinha Grande	500,00 €
2	Tânia Marina Ferreira Guerra	218136013	Travessa da Rua 1, n.º5, 1.º Esqº Frt - Lameira da Embra	2430-124 Marinha Grande	125,00 €
3	Rui Acácio Grangeiro da Silva	210517573	Rua das Samouqueiras n.º 16, R/C-A, Casal das Raposas	2430-735 Vieira de Leiria	125,00 €
4	Tânia Filipa Nunes Faustino	229123287	Rua Brejo do Olho, Vivenda F - Vale de Picassinos	2430-448 Marinha Grande	125,00 €
5	Lúcio José Gonçalves de Sousa Gomes	212102702	Travessa Joaquim Matias n.º 1 - 2.º Esqº	2430-140 Marinha Grande	125,00 €
6	Carla Susana Rodrigues do Vale	218443960	Rua do Montepio n.º 14, 2.º Esqº	2430-258 Marinha Grande	125,00 €
7	Marco Aurélio Ramos Francisco	224292242	Rua 43 n.º 11, Lote 8 - Trutas	2430-520 Marinha Grande	125,00 €
8	Cristiana Sofia Neto de Oliveira	222156775	Rua Machado Santos n.º 20	2430-250 Marinha Grande	125,00 €
9	Marlene da Silva Costa	228457874	Rua da Juventude n.º 55, Casa B - Picassinos	2430-454 Marinha Grande	125,00 €
10	Liliana Alexandre de Jesus	222590939	Rua Vila Real de Sto António n.º 45-E - Embra	2430-115 Marinha Grande	125,00 €
11	Vânia Vieira de Faria Patrício	204811015	Rua Manuel Baridó n.º 2, 2º andar - Casal Galego	2430-082 Marinha Grande	125,00 €
12	Cátia Sofia Ascensão Pereira da Silva	245419063	Rua da Indústria n.º 35 - Casal das Raposas	2430-172 Marinha Grande	500,00 €
13	Filipe José Rodrigues de Barros	214693341	Rua de Moçambique n.º 27, Bloco C, R/C Drt - Ordem	2430-379 Marinha Grande	125,00 €
14	Dulce Leal Roque	212347144	Rua 1.º Dezembro n.º 71, Bloco 1, R/C Esqº	2430-036 Marinha Grande	500,00 €
15	Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço	208824502	Rua de Oeiras n.º 165, 1.º Drt	2430-524 Marinha Grande	125,00 €
16	Pascoal Carlos Lopes	212609335	Rua Vila Marinha n.º 46 - Picassinos	2430-418 Marinha Grande	125,00 €



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

17	Cláudia Pereira Fonseca	219986762	Rua Fonte Velha n.º 26 - Embra	2430-128 Marinha Grande	125,00 €
18	Célia Patrício Valente de Oliveira	211796751	Rua das Saudades n.º 12, 1.º A - S. Pedro de Muel	2430-492 Marinha Grande	125,00 €
19	Débora Sofia Gil Ferreira Ribeiro	224013890	Travessa Vale de Picassinos n.º 16 - Picassinos	2430-440 Marinha Grande	500,00 €
20	Paula Cristina Gonçalves Lemos	195142640	Rua da Vitória n.º 36, Bl.C, Fração Q, R/C Esqº - Ordem	2430-366 Marinha Grande	125,00 €
21	Célia Cristina Guilherme Rodrigues	205469078	Rua de Gôa n.º 27, R/C Dto - Casal dos Ossos	2430-221 Marinha Grande	125,00 €
22	Bruno Miguel dos Santos Jordão	229908861	Travessa da Paz n.º 13 - Garcia	2430-018 Marinha Grande	125,00 €
23	Juliana Isabel Ferreira dos Santos	256835772	Avenida Vitor Gallo, 39, 1.º Dto	2430-171 Marinha Grande	500,00 €
24	Sónia Alexandra Ladeira Belo	221645900	Avenida dos Pescadores Lote 11, 3.º A - Praia da Vieira	2430-672 Vieira de Leiria	125,00 €
25	Anabela Coelho Pereira	210630027	Rua Brejo do Olho, Fração G - Vale de Picassinos	2430-448 Marinha Grande	125,00 €
26	Paulo José Antunes Soares	203933303	Rua Circular n.º 67 - Trutas	2430-520 Marinha Grande	125,00 €
27	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Beco da Agroeira n.º 1 - Amieira	2430-012 Marinha Grande	500,00 €
28	Nuno Filipe Santos Salgueiro	216673305	Rua da Ponte a Pedreanes n.º 2 - 1.º Frt - Engenho	2430-130 Marinha Grande	125,00 €
29	Susana Cristina Monteiro Guerra Pereira	194348369	Rua da Lagoa n.º 20 - Praia da Vieira	2430-676 Vieira de Leiria	500,00 €
30	David Nuno Filipe Augusto	236783505	Rua D. Dinis n.º 38-B - Praia da Vieira	2430-671 Vieira de Leiria	125,00 €
31	Flávia Catarina Amorim da Costa	228978076	Rua do Clube Recreativo Amieirinhense n.º 27 - Amieirinha	2430-038 Marinha Grande	125,00 €
32	Elsa Marisa Abreu Francisco	219888779	Rua do Cais n.º 53 - Casal das Raposas	2430-738 Vieira de Leiria	125,00 €
33	Helena Margarida Cotovio Fernandes	227764986	Rua do Carvalho n.º 7 - Moita	2445-601 Moita MGR	125,00 €
34	António Manuel de Castro Araújo	217788262	Travessa dos Cedros n.º 12 - Forno da Telha	2430-071 Marinha Grande	125,00 €
35	Márcio Alexandre Oliveira Dias	219402477	Rua da Embra n.º 135 - Embra	2430-108 Marinha Grande	125,00 €
36	Pedro Daniel Paulo Campos Claro	207423202	Rua da Juventude n.º 57, Casa H - Picassinos	2430-454 Marinha Grande	125,00 €
37	Tiago Noel Duarte Ventura	217896111	Rua do Olheirão n.º 8 - Moita	2445-605 Moita MGR	125,00 €
38	Mariana do Carmo Correia Marques	221975292	Urbanização da Portela, Lote C - 2	2430-472 Marinha Grande	125,00 €
39	Pedro Alexandre da Silva Cordeiro	222854910	Rua João Miller n.º 2, Bloco 3, R/C Dto - Amieirinha	2430-043 Marinha Grande	500,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

40	Inês Pereira Martins	243073500	Rua Cidade do Fundão, Lote 50, 1.º Esqº - Embra	2430-525 Marinha Grande	500,00 €
41	Filipe Manuel Marques Carvalho	200121251	Rua 46, n.º 24-A - Trutas	2430-520 Marinha Grande	125,00 €
42	Lisete Sousa Santos	212012568	Rua Aquilino Ribeiro n.º 25 - Portela	2430-472 Marinha Grande	125,00 €
43	Isa Adriana Rocha Paixão	245087010	Rua da Agroeira n.º 16 - Pero Neto	2430-403 Marinha Grande	125,00 €
44	Cristiano Rafael da Silva Florêncio	218220570	Rua da Fonte Velha n.º 32, 1.º C - Embra	2430-128 Marinha Grande	125,00 €
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>8.875,00€</b>

**Delibera ainda que, a não apresentação dos referidos documentos dentro do prazo estabelecido, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2012.**

Por último e considerando que:

- nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

- a alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo das candidaturas, delibera ainda, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, aos seguintes requerentes:

Nº	Nome do Requerente	NIF	Morada	Cod. Postal	Estimativa Pagamento 2012
1	Paulo César da Silva Serra	195424077	Rua Central das Figueiras n.º 150-A	2430-133 Marinha Grande	500,00 €

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

2	Tânia Marina Ferreira Guerra	218136013	Travessa da Rua 1, n.º5, 1.º Esqº Frt - Lameira da Embra	2430-124 Marinha Grande	125,00 €
3	Rui Acácio Grangeiro da Silva	210517573	Rua das Samouqueiras n.º 16, R/C-A, Casal das Raposas	2430-735 Vieira de Leiria	125,00 €
4	Tânia Filipa Nunes Faustino	229123287	Rua Brejo do Olho, Vivenda F - Vale de Picassinos	2430-448 Marinha Grande	125,00 €
5	Lúcio José Gonçalves de Sousa Gomes	212102702	Travessa Joaquim Matias n.º 1 - 2.º Esqº	2430-140 Marinha Grande	125,00 €
6	Carla Susana Rodrigues do Vale	218443960	Rua do Montepio n.º 14, 2.º Esqº	2430-258 Marinha Grande	125,00 €
7	Marco Aurélio Ramos Francisco	224292242	Rua 43 n.º 11, Lote 8 - Trutas	2430-520 Marinha Grande	125,00 €
8	Cristiana Sofia Neto de Oliveira	222156775	Rua Machado Santos n.º 20	2430-250 Marinha Grande	125,00 €
9	Marlene da Silva Costa	228457874	Rua da Juventude n.º 55, Casa B - Picassinos	2430-454 Marinha Grande	125,00 €
10	Liliana Alexandre de Jesus	222590939	Rua Vila Real de Sto António n.º 45-E - Embra	2430-115 Marinha Grande	125,00 €
11	Vânia Vieira de Faria Patrício	204811015	Rua Manuel Baridó n.º 2, 2º andar - Casal Galego	2430-082 Marinha Grande	125,00 €
12	Cátia Sofia Ascensão Pereira da Silva	245419063	Rua da Indústria n.º 35 - Casal das Raposas	2430-172 Marinha Grande	500,00 €
13	Filipe José Rodrigues de Barros	214693341	Rua de Moçambique n.º 27, Bloco C, R/C Drt - Ordem	2430-379 Marinha Grande	125,00 €
14	Dulce Leal Roque	212347144	Rua 1.º Dezembro n.º 71, Bloco 1, R/C Esqº	2430-036 Marinha Grande	500,00 €
15	Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço	208824502	Rua de Oeiras n.º 165, 1.º Drt	2430-524 Marinha Grande	125,00 €
16	Pascoal Carlos Lopes	212609335	Rua Vila Marinha n.º 46 - Picassinos	2430-418 Marinha Grande	125,00 €
17	Cláudia Pereira Fonseca	219986762	Rua Fonte Velha n.º 26 - Embra	2430-128 Marinha Grande	125,00 €
18	Célia Patrício Valente de Oliveira	211796751	Rua das Saudades n.º 12, 1.º A - S. Pedro de Muel	2430-492 Marinha Grande	125,00 €
19	Débora Sofia Gil Ferreira Ribeiro	224013890	Travessa Vale de Picassinos n.º 16 - Picassinos	2430-440 Marinha Grande	500,00 €
20	Paula Cristina Gonçalves Lemos	195142640	Rua da Vitória n.º 36, Bl.C, Fração Q, R/C Esqº - Ordem	2430-366 Marinha Grande	125,00 €
21	Célia Cristina Guilherme Rodrigues	205469078	Rua de Gôa n.º 27, R/C Dto - Casal dos Ossos	2430-221 Marinha Grande	125,00 €
22	Bruno Miguel dos Santos Jordão	229908861	Travessa da Paz n.º 13 - Garcia	2430-018 Marinha Grande	125,00 €
23	Juliana Isabel Ferreira dos Santos	256835772	Avenida Vitor Gallo, 39, 1.º Dto	2430-171 Marinha Grande	500,00 €
24	Sónia Alexandra Ladeira Belo	221645900	Avenida dos Pescadores Lote 11, 3.º A - Praia da Vieira	2430-672 Vieira de Leiria	125,00 €

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

25	Anabela Coelho Pereira	210630027	Rua Brejo do Olho, Fração G - Vale de Picassinos	2430-448 Marinha Grande	125,00 €
26	Paulo José Antunes Soares	203933303	Rua Circular n.º 67 - Trutas	2430-520 Marinha Grande	125,00 €
27	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Beco da Agroeira n.º 1 - Amieira	2430-012 Marinha Grande	500,00 €
28	Nuno Filipe Santos Salgueiro	216673305	Rua da Ponte a Pedreanes n.º 2 - 1.º Frt - Engenho	2430-130 Marinha Grande	125,00 €
29	Susana Cristina Monteiro Guerra Pereira	194348369	Rua da Lagoa n.º 20 - Praia da Vieira	2430-676 Vieira de Leiria	500,00 €
30	David Nuno Filipe Augusto	236783505	Rua D. Dinis n.º 38-B - Praia da Vieira	2430-671 Vieira de Leiria	125,00 €
31	Flávia Catarina Amorim da Costa	228978076	Rua do Clube Recreativo Amieirinhense n.º 27 - Amieirinha	2430-038 Marinha Grande	125,00 €
32	Elsa Marisa Abreu Francisco	219888779	Rua do Cais n.º 53 - Casal das Raposas	2430-738 Vieira de Leiria	125,00 €
33	Helena Margarida Cotovio Fernandes	227764986	Rua do Carvalho n.º 7 - Moita	2445-601 Moita MGR	125,00 €
34	António Manuel de Castro Araújo	217788262	Travessa dos Cedros n.º 12 - Forno da Telha	2430-071 Marinha Grande	125,00 €
35	Márcio Alexandre Oliveira Dias	219402477	Rua da Embra n.º 135 - Embra	2430-108 Marinha Grande	125,00 €
36	Pedro Daniel Paulo Campos Claro	207423202	Rua da Juventude n.º 57, Casa H - Picassinos	2430-454 Marinha Grande	125,00 €
37	Tiago Noel Duarte Ventura	217896111	Rua do Olheirão n.º 8 - Moita	2445-605 Moita MGR	125,00 €
38	Mariana do Carmo Correia Marques	221975292	Urbanização da Portela, Lote C - 2	2430-472 Marinha Grande	125,00 €
39	Pedro Alexandre da Silva Cordeiro	222854910	Rua João Miller n.º 2, Bloco 3, R/C Dto - Amieirinha	2430-043 Marinha Grande	500,00 €
40	Inês Pereira Martins	243073500	Rua Cidade do Fundão, Lote 50, 1.º Esqº - Embra	2430-525 Marinha Grande	500,00 €
41	Filipe Manuel Marques Carvalho	200121251	Rua 46, n.º 24-A - Trutas	2430-520 Marinha Grande	125,00 €
42	Lisete Sousa Santos	212012568	Rua Aquilino Ribeiro n.º 25 - Portela	2430-472 Marinha Grande	125,00 €
43	Isa Adriana Rocha Paixão	245087010	Rua da Agroeira n.º 16 - Pero Neto	2430-403 Marinha Grande	125,00 €
44	Cristiano Rafael da Silva Florêncio	218220570	Rua da Fonte Velha n.º 32, 1.º C - Embra	2430-128 Marinha Grande	125,00 €
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>8.875,00€</b>

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

**Delibera também propor o indeferimento de o6 (seis) candidaturas, constantes no anexo 2, pelos motivos aí referidos, concedendo aos requerentes o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.**

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Stepan Tomashchuk	239031610	O requerente não estar recenseado no concelho, nos 6 meses anteriores à data da candidatura.
Fernanda João Vale da Silva	202437566	Candidatura entregue fora de prazo.
Ana Margarida Rodrigues Morgado Jesus	237639084	Candidatura entregue fora de prazo.
Sónia Patrícia Santos Pereira	242941451	Existência de dívidas para com o Município
Margarida Alexandra Pereira Silva	216119049	Existência de dívidas para com o Município
Liliana Sofia Romão dos Santos	226677168	Existência de dívidas para com o Município

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, NO ÂMBITO DOS PROJETOS OTL “ O NOSSO MUNDO” E “GABINETE MÃO ABERTA”.**

778 - Presente informação n.º 1298 da DEDIS (Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social), datada de 23/11/2012, referente a pedido de apoio financeiro efetuado pela Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, com registo de entrada n.º 2096/2012, datado de 5 de março, a solicitar o apoio financeiro do Município, para a continuidade das ações previstas, no âmbito dos projetos OTL “ O Nosso Mundo” e Gabinete Mão Aberta.

Considerando o contributo da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS - para a prevenção de comportamentos de risco e desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens residentes nos bairros sociais de Casal de Malta;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

A Câmara apreciou a informação anexa e, delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, atribuir à supracitada Associação, com o número de contribuinte 505 933 870 e com sede em Rua Aníbal H. Abrantes, Casal de Malta, apartado 644, 2430-069 Marinha Grande, um subsídio no valor de 29.500,00€ (vinte e nove mil e quinhentos euros) para o desenvolvimento das atividades no âmbito dos projetos O.T.L. e Gabinete Mão Aberta.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/43 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 1.º trimestre de 2013.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS JUNTO DE CRIANÇAS E JOVENS CARENCIADOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

779 - Presente informação n.º 1333 da DEDIS (Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social), datada de 28/11/2012, referente a pedido de apoio financeiro efetuado pela

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, com registo de entrada n.º 8664/2012, datado de 27 de novembro, a solicitar o apoio financeiro do Município para o desenvolvimento de atividades diversas junto de crianças e jovens carenciados do concelho da Marinha Grande.

Considerando que, o objetivo primordial das atividades desenvolvidas pela Associação supracitada junto das crianças e jovens do concelho da Marinha Grande, visa essencialmente apoiar e promover o desenvolvimento integrado do concelho da Marinha Grande, e a melhoria do bem-estar da comunidade, nomeadamente no âmbito do apoio à infância e juventude.

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

**A Câmara apreciou a informação anexa e, delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio no valor de 10.000,00€ (dez mil euros) à Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, contribuinte fiscal número 505 933 870, com sede na Rua Aníbal H. Abrantes, Casal de Malta, Apartado 644, 2430-069 Marinha Grande, para fazer face ao desenvolvimento de atividades diversas junto de crianças e jovens carenciados do concelho da Marinha Grande.**

**O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/42 do Plano de Actividades Municipais.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 3.º trimestre de 2013.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON (A.P.D.P.) PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES PARA O CORRENTE ANO.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**18 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES.**

780 - Presente informação n.º 1296 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 23 de novembro de 2012, a dar conta do pedido de apoio financeiro efetuado pela Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficientes, com o registo de entrada n.º 804/2012, datado de 24 de janeiro, para fazer face ao desenvolvimento das suas atividades junto das pessoas portadoras de deficiência.

Considerando o contributo da Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficientes, com o desenvolvimento das atividades previstas em Plano para o corrente ano, para a defesa e reforço dos direitos e dignidade das pessoas com deficiência.

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, onde se inclui a deficiência, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

**A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficiente, contribuinte fiscal número 501 129 430, com sede em Travessa Vieira de Leiria, n.º 15, 2430-276 Marinha Grande para fazer face**



ao desenvolvimento das suas atividades junto das pessoas portadoras de deficiência.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/43 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 1.º trimestre de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS (ASURPI) PARA A REALIZAÇÃO DA 36.ª EDIÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO**

Assunto retirado da ordem do dia.

**20 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**21 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA E JANTAR DE NATAL.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**22 - APOIO FINANCEIRO À REALIZAÇÃO DA 23.ª FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO E GASTRONOMIA DA MARINHA GRANDE**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

781 - Presente informação nº 1315/2012 de 26/11/2012 da Divisão da Cultura e Turismo, área da Cultura, dando conta do pedido da Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, com sede na Rua Clube Desportivo, nº 5A, Casal Galego, 2430 -070 Marinha Grande, a solicitar apoio logístico e financeiro para fazer face às despesas inerentes à organização da 23.ª Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande que vai decorrer de 30 de novembro a 09 de dezembro de 2012, no Parque Municipal de Exposições.

Considerando que o Município deve apoiar atividades culturais de interesse municipal de natureza recreativa, social e cultural, de que resulte benefício para a população e desenvolvimento para o Concelho;

Considerando que se trata de um evento com um grande potencial turístico, à escala nacional e cujo principal objetivo é a promoção do Artesanato e da Gastronomia do nosso país;

Considerando que a iniciativa que todos os anos atrai muitos de visitantes ao nosso Concelho o que provoca um relevante impacto na economia local;

Considerando que compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista, na alínea b), do n.º 4 do artigo n.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio logístico solicitado e o apoio financeiro no valor de 7.500€ (sete mil e quinhentos euros) à Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, contribuinte n.º 501 540 563, para apoio à realização com a 23.ª edição da Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/116 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que, a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, no prazo de noventa dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam, designadamente, a descrição da programação realizada, datas, número de espectadores, fotografias e outros elementos que enriqueçam o relatório.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPETIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO DE 2012/2013.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**24 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA ESCOLAS DO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA. ANO LETIVO DE 2012/2013. 1ª FASE**

Assunto retirado da ordem do dia.

**25 - APOIO FINANCEIRO AO CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE PARA A ESCOLA DE MÚSICA**

782 - Presente informação nº 1311/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, área da Cultura, datada de 26/11/2012, dando conta do pedido do Clube Recreativo Amieirinhense, datado de 28/02/2012, registado com o nº 1913/2012, a solicitar apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes ao funcionamento da escola de música.

Considerando que o Município deve apoiar atividades culturais de interesse municipal de natureza recreativa, social e cultural, de que resulte benefício para a população e desenvolvimento para o Concelho;

Considerando que se trata de uma atividade cultural e recreativa, cujo principal objetivo é a formação musical junto das camadas mais jovens da população e ocupar os seus tempos livres;

Considerando que a entidade, através da Orquestra Juvenil, realiza diversas atividades com vista à dinamização cultural do Concelho e divulgação do seu trabalho através de atuações por todo o país;

Considerando que compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

**A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista, na alínea b), do n.º 4 do artigo n.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um apoio financeiro no valor de 6.000,00€ (seis mil euros) ao Clube Recreativo Amieirinhense, contribuinte nº 501 163 980, com sede na Rua Clube Recreativo Amieirinhense, nº 17, Amieirinha, 2430-038, para suportar as despesas com o funcionamento regular da escola de música.**

**O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/87 do Plano de Atividades Municipais.**

**Delibera ainda que, a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, no prazo de noventa dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam, designadamente, o n.º de alunos que frequentaram a escola de música, a descrição da programação realizada, datas, estimativa do número de espectadores, fotografias e outros elementos que enriqueçam o relatório.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **26 - APOIO FINANCEIRO À ASSOCIACAO TOCANDAR**

Assunto retirado da ordem do dia.

27 - APOIO FINANCEIRO AO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – ENCENAÇÃO DA PEÇA  
“O AMIGO DE PENICHE”

Assunto retirado da ordem do dia.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

783 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 1913/12 – PC N.º 184/12 – IGOR JORGE GERMANO PARREIRA
2. REQ. N.º 1893/12 – PC N.º 135/12 – ANTÓNIO EMÍLIO SANTOS OLIVEIRA
3. REQ. N.º 1625/12 – PC N.º 262/12 – GUIDA & GUARDADO, LDA.
4. REQ. N.º 1932/12 – PC N.º 397/11 – ISILDA DOLORES HENRIQUES BATISTA
5. REQ. N.º 1741/12 – PC N.º 315/12 – JORGE GONÇALVES ROSA
6. REQ. N.º 1904/12 – PC N.º 113/10 – ALFREDO CAPERTA FAUSTINO
7. REQ. N.º 548/12 – PC N.º 817/05 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA
8. BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS AGOSTINHOS – CEDÊNCIA 88,33M DE TERRENO DE ANA PAULA DOMINGUES AGOSTINHO ANDRÉ
9. EMPREITADA DE “REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – RESERVAS DO MUSEU DO VIDRO - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2007 DEEM”. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
10. EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE. INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA DE VIDROS J. FERREIRA CUSTÓDIO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA PERMUTA E FIXAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES. RETIFICAÇÃO.

**11. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. MELHORAMENTO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS. SPORTING CLUBE MARINHENSE**

**12. “REPARAÇÃO DE VIATURAS DOS BOMBEIROS DA M.ª GRANDE E SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA PARA OFERTA AO MUNICÍPIO DO TARRAFAL” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1913/12 – PC N.º 184/12 – IGOR JORGE GERMANO PARREIRA

784 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Habitação Unifamiliar e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Chedas, Lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 18/09/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente passeio e remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua das Chedas, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.**
2. **Os muros de vedação a executar pelo requerente deverão ser em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
4. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo**

livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de Utilização.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2 - REQ. N.º 1893/12 – PC N.º 135/12 – ANTÓNIO EMÍLIO SANTOS OLIVEIRA**

785 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Obra de Demolição e Licenciamento de Obra de Construção de Moradia e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio localizado na Rua das Raízes, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentar de Planta à Escala 1:100 que corrobore o Plano de Acessibilidades apresentado.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução de passeio e de remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua das Raízes, conforme orientações**

- comunicadas pelo Ofício n.º 689/2012, de 07/08, e cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.
3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
  4. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
  5. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.
  6. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) e efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03 e de acordo com o modelo constante do Anexo II (parte integrante do referido diploma)

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **3 - REQ. N.º 1625/12 – PC N.º 262/12 – GUIDA & GUARDADO, LDA.**

786 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Ampliação e Instalação de Estabelecimento de Restauração e Bebidas*”, localizado na Av. Vitor Gallo, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II, da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:



*“(...)*

*Favorável condicionado*

- 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*
- 2. O estabelecimento deve estar dotado, de equipamentos que permitam assegurar, a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 4 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);*
- 3. O sistema de climatização, caso exista, deve ser regulado no sentido de estabilizar a temperatura média do ambiente a cerca de 22º C, admitindo-se uma variação negativa ou positiva de 3º C, devendo o equipamento manter-se em bom estado de higiene e conservação (n.º 6 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);*
- 4. A ventilação mecânica prevista, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*
- 5. O acesso de funcionários a entrar ao serviço para a zona de arrumos e vestiário, deve ser feito de forma a evitar a passagem pela cozinha, principalmente em períodos de laboração, por forma a minimizar riscos de contaminação e de salvaguarda da segurança alimentar. Para tal, recomenda-se a conceção de um sistema de abertura no balcão de pagamento;*
- 6. O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve ser provido de torneira com sistema de acionamento de água não manual (alínea b) do n.º 3 do Art.º 7.º do DR n.º 20/2008);*
- 7. As janelas e outras aberturas (ex. portas) que puderem abrir para o exterior, devem estar equipadas, sempre que necessário, com redes de proteção contra insetos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1 do Capítulo II do Anexo II, do Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de abril);*

*(...)”*

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Cumprimento dos condicionalismos expressos no parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II, da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **4 - REQ. N.º 1932/12 – PC N.º 397/11 – ISILDA DOLORES HENRIQUES BATISTA**

787 - Presente Pedido de Licenciamento referente à *“Legalização de Edifício destinado a Comércio e Serviços”* existente, no qual se insere um Estabelecimento de Bebidas, localizado na Rua António Maria da Silva, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 10/05/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Cumprimento aos aspetos referidos no parecer Favorável Condicionado, emitido pela Autoridade de Saúde - ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.
2. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
4. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
5. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1741/12 – PC N.º 315/12 – JORGE GONÇALVES ROSA

788 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Alteração de Estabelecimento de Bebidas*” existente, passando a “*Estabelecimento de Bebidas com Fabrico de Pão e Bolos*”, localizado na fração designada pela letra “A”, correspondente ao rés-do-chão esquerdo de um edifício existente, localizado na Rua das Figueiras, Lugar de Cruzes, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II, da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

*“(…)*

*Favorável condicionado*

- 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*
- 2. O estabelecimento deve estar dotado, de equipamentos que permitam assegurar, a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 4 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);*
- 3. O sistema de climatização, caso exista, deve ser regulado no sentido de estabilizar a temperatura média do ambiente a cerca de 22º C, admitindo-se uma variação negativa ou positiva de 3º C, devendo o equipamento manter-se em bom estado de higiene e conservação (n.º 6 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);*
- 4. A ventilação mecânica prevista, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*
- 5. Os lavatórios para a lavagem das mãos devem estar equipados com água corrente quente e fria, (n.º 4, Cap. I, Anexo II do Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*
- 6. O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve ser provido de torneira com sistema de acionamento de água não manual (alínea b) do n.º 3 do Art.º 7.º do DR n.º 20/2008);*
- 7. As janelas e outras aberturas que puderem abrir para o exterior, devem estar equipadas, sempre que necessário, com redes de proteção contra insetos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1 do Capítulo II do Anexo II, do Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de abril).*

*“(…)”*

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**

2. Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.
3. Cumprimento dos condicionalismos expressos no parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II, da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
2. A “*afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público*”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 6 - REQ. N.º 1904/12 – PC N.º 113/10 – ALFREDO CAPERTA FAUSTINO

789 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Moradia Unifamiliar*” bem como à obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar*” em parcela destacada, levadas a efeito num prédio urbano localizado no Largo 1.º de Maio, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, às quais foram atribuídos os Alvarás de Licença de Construção n.º 7/2011, de 09/02 e n.º 183/2010, de 29/12.

Presente Pedido de Licenciamento referente às alterações realizadas ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de parecer técnico dos serviços referindo a sua conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis, enquadrando o pedido como “*Legalização de Alterações*” pelo facto das mesmas terem sido apresentadas fora da vigência dos referidos alvarás.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 548/12 – PC N.º 817/05 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA**

790 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Edifício Industrial*”, localizado na Rua Alfredo Gândara, Lugar de Outeirinhos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/09/2010.

Presente aditamento ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado e respetivos Projetos das Especialidades, aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 01/03/2012.

Presente exposição apresentada na sequência da referida deliberação, pela qual foi aceite a não execução de parte da obra inicialmente proposta pelo requerente, que incluía a demolição de uma edificação existente e respetivos arranjos exteriores, a solicitar a isenção da apresentação do “*Plano de Segurança*”, “*Apólice de Seguro*” e “*Alvará de Construtor*”, no âmbito da emissão do respetivo Alvará de Licença, visto a obra em causa se reportar a alterações ao nível interior do edifício, já executadas.

Presente parecer técnico dos serviços referindo o enquadramento da pretensão face ao art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17 de Maio de 2010, pelo qual só poderão dispensar-se os referidos elementos, desde que o pedido se reporte a “*Obras de Legalização*” e não haja efetivamente obra a realizar, propondo para o efeito que o processo seja presente a nova Deliberação Camarária, para que o respetivo órgão possa enquadrar o pedido como “*Legalização de Obras de Alteração de Edifício Industrial*” e não “*Alteração de Edifício Industrial*” permitindo assim o seu enquadramento no referido regulamento e a isenção da apresentação dos elementos referidos.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir a pretensão requerida, enquadrando o pedido como “*Legalização de Obras de Alteração de Edifício Industrial*” e não “*Alteração de Edifício Industrial*” isentando o requerente da apresentação do “*Plano de*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

***Segurança***, da ***Apólice de Seguro*** e do ***Alvará de Construtor***, conforme previsto no art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17 de Maio de 2010, no âmbito da emissão do respetivo Alvará de Licença, visto a obra em causa se reportar a alterações ao nível interior do edifício, já executadas.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **8 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS AGOSTINHOS – CEDÊNCIA 88,33M DE TERRENO DE ANA PAULA DOMINGUES AGOSTINHO ANDRÉ**

791 - Para a empreitada de “Beneficiação da Rua dos Agostinhos”, foram realizados os contactos necessários à efectivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Ana Paula Domingues Agostinho André, com NIF 186692927, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 10570 e descrito na Conservatório do Registo Predial da Marinha Grande com o nº. 12137/250299, que confronta a Norte com Claudia Sofia Cardoso Cristóvão, a Sul com Cristina Maria Agostinho André, a Nascente com Alfredo Carreira Gomes e a Poente com Serventia Pública. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno (88,33m ) sem contrapartidas.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 88,33m , do prédio de que é proprietária de Ana Paula Domingues Agostinho André, com NIF 186692927, a desanexar do prédio inscrito na respetiva matriz sob artigo nº. 10570 e descrito na Conservatório do Registo Predial da Marinha Grande com o nº. 12137/250299, que confronta a Norte com Claudia Sofia Cardoso Cristóvão, a Sul com Cristina Maria Agostinho André, a Nascente com Ana Paula Domingues Agostinho André e a Poente com Serventia Pública, para “Beneficiação da Rua dos Agostinhos”, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa (Anexo 4) elaborada pelos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a actualização da respectiva área junto dos serviços públicos competentes.

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**A proprietária deve apresentar documentos comprovativos da actualização da área nos serviços públicos competentes.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - EMPREITADA DE “REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – RESERVAS DO MUSEU DO VIDRO - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2007 DEEM”. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

792 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Revitalização do Património Stephens – Reservas do Museu do Vidro - Concurso público n.º 01/2007 DEEM”, em 90% do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**10 - EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE. INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA DE VIDROS J. FERREIRA CUSTÓDIO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA PERMUTA E FIXAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES. RETIFICAÇÃO.**

793 - Por deliberação camarária, de 4 de outubro passado, foi requerida autorização à Assembleia Municipal para uma permuta, de acordo com minuta de escritura presente.

No ponto 3 do texto introdutório dessa deliberação identificam-se os números das descrições dos prédios correspondentes às instalações da antiga Fábrica de Vidros J. Ferreira Custódio, cuja área total é de 7.888 metros quadrados, em conformidade com o teor das descrições prediais, e não a indicada por lapso nesse parágrafo.



Nos termos do artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo, é admissível retificar erros de cálculo manifestos.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo, delibera retificar o terceiro parágrafo do ponto 3, da deliberação camarária, de 4 de outubro passado, nos seguintes termos: “*Presentes descrições n.ºs 4622/19901004, 2528/19880112, 10052/19960613 e 10051/19420601 de prédios urbanos inscritos na respetiva matriz sob os artigos 161, 167, 5983, 5982 e 2473, perfazendo uma área de 7888 m2, correspondentes às instalações da antiga Fábrica de Vidros J. Ferreira Custódio.*”**

Mais delibera propor à Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), e para os efeitos do artigo 53.º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a retificação do parágrafo transcrito da sua deliberação, de 12 de novembro passado, nos mesmos termos e com os mesmos fundamentos.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

#### **11 – APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. MELHORAMENTO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS. SPORTING CLUBE MARINHENSE**

794 - Presente ofício com registo de entrada n.º 5579/2011, de 17 de junho de 2011, do Sporting Clube Marinhense, com sede na Estrada de Leiria n.º 111 Embra, 2430-091 Marinha Grande, a requerer a comparticipação financeira para a realização de obras de melhoramento do pavilhão desportivo desta entidade.

Presente programa de desenvolvimento desportivo para o ano de 2012 referente ao projeto de construção e melhoramento de instalações e equipamentos desportivos, no valor estimado de 59.020,43€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), com o objetivo de:

- 1. Colocação de 27 campânulas e 27 lâmpadas de indução magnética de 200W para a iluminação do pavilhão;*
- 2. Retirada da atual cobertura em amianto do Pavilhão e colocação de uma nova cobertura em painel sandwich de 40mm;*
- 3. Limpeza, raspagem e pintura com tinta anti-ferrugem de todas as asnas existentes;*
- 4. Colocação de caldeiras em toda a extensão do pavilhão;*
- 5. Reparação de todos os beirados e outras obras de construção civil consideradas necessárias.*

Considerando que incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com o artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) e b), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).

Considerando que as entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.

Considerando que os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Considerando que o Pavilhão Desportivo apresenta, uma cobertura em amianto em elevado estado de degradação, constituindo um perigo para a saúde pública, e um sistema de iluminação com cerca de 15 anos sem manutenção e com fortes consequências ao nível do elevado consumo energético.

**Sendo assim, a Câmara Municipal, por reconhecer a capacidade empreendedora desta coletividade, que ao longo dos últimos anos tem desenvolvido um trabalho meritório no fomento do desporto junto da sua comunidade, delibera, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um apoio financeiro de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) ao Sporting Clube Marinhense, com sede na Estrada de Leiria n.º 111 Embra, 2430-091 Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 501.150.544, através da celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para obras de melhoramento do Pavilhão desportivo.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/106 do Plano de Actividades Municipais.**

Mais delibera que, com a celebração do contrato programa, seja efetuado o pagamento imediato de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) à entidade Sporting Clube Marinhense, devendo até essa data, esta, proceder à entrega dos documentos enunciados no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

A restante verba só será paga à entidade após o comprovativo da realização integral das obras objeto de financiamento e o seu pagamento aos fornecedores contratados, devendo para este efeito a entidade beneficiária assegurar o envio dos seguintes documentos à Câmara Municipal da Marinha Grande, impreterivelmente até ao dia 28/12/2012, para efeitos de validação e conferência:

- Originais das faturas e recibos comprovativos da despesa efetuada;
- Extratos bancários comprovativos do desconto do cheque ou outra forma de pagamento utilizada pela entidade;
- Declarações de não dívida às finanças e segurança social devidamente atualizadas;
- Breve relatório com a descrição das obras efetuadas, do estado inicial das instalações e os resultados alcançados com as mesmas, relação das receitas e despesas realizadas com este investimento, acompanhados de fotografias comprovativas do investimento realizado;
- Outra documentação considerada relevante pela entidade para efeitos de comprovativo do investimento realizado.

Os originais das faturas e recibos serão devolvidos à entidade junto com o comprovativo do pagamento da verba restante.

Mais se delibera que, a não apresentação dos referidos documentos na data supra indicada determina a caducidade automática da atribuição do presente subsídio, cessando, desta forma, os efeitos jurídicos da presente deliberação.

Caso a entidade esteja abrangida pelo regime de IVA devido pelo adquirente, o comprovativo de regularização do IVA deve ser remetido por ofício até ao dia 28 de fevereiro de 2013, sob pena da obrigatoriedade da reposição, ao Município da Marinha Grande, do valor recebido indevidamente, até 31 de março de 2013.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente da Direção do Sporting Clube Marinhense.

12 – “REPARAÇÃO DE VIATURAS DOS BOMBEIROS DA M.ª GRANDE E SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA PARA OFERTA AO MUNICÍPIO DO TARRAFAL” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

795 - Presente a informação/proposta da DCCM - Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização a propósito do impasse verificado na conclusão do processo de *“Reparação de viaturas dos Bombeiros da M.ª Grande e Sinalização Rodoviária para oferta ao Município do Tarrafal”*, assumido por deliberação desta Câmara Municipal em 1 de outubro de 2009, cuja revogação agora se propõe.

De acordo com esta informação, *“um conjunto de vicissitudes e dificuldades de caráter legal, decorrentes da obtenção da necessária documentação relativa a estas viaturas, para além do processo moroso de transporte e desalfandegamento de mercadorias, naquele país, com que fomos confrontados, impuseram, porém, o repetido adiamento da conclusão desta ação de cooperação e solidariedade com esta comunidade geminada com a Marinha Grande, com a qual temos vindo a desenvolver, por outro lado e com sucesso, outros processos de cooperação no âmbito da rede atrás referida”*.

A Câmara Municipal, em face da informação apresentada pela Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização, que atualiza a informação relativa ao processo de envio de sinalização rodoviária, para além da reparação de uma ambulância e de uma viatura de socorros a náufragos dos Bombeiros da M.ª Grande, para oferta ao Município do Tarrafal, decidido em reunião da Câmara Municipal de 1 de outubro de 2009, delibera, nos termos dos art.ºs 138.º, 140.º, nº 1, 142.º, 143.º, nº 1, 144.º e 145.º, nº 3, todos do Código do Procedimento Administrativo, revogar aquela deliberação e determinar o arquivamento do processo que lhe deu origem.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 27

### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

796 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião